



FERCONSULT



Relatório
e Contas **2016**

ÍNDICE

1 – MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
2 – ORGANOGRAMA DA EMPRESA	7
3 – RELATÓRIO DE GESTÃO	8
3.1 - Enquadramento Macro Económico	8
3.2 – Relatório de Atividade	9
3.2.1 – Atividade Comercial	13
3.2.2 – Produção	18
3.3 – Recursos Humanos	23
3.3.1 – Caracterização do Efetivo	23
3.3.2 - Prestação do Trabalho	26
3.3.3 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	27
3.4 – Sistema de Gestão Integrado (Qualidade e Ambiente)	28
3.5 – Plano de Desenvolvimento para a Ferconsult, a 5 anos	31
4 – GOVERNO DA SOCIEDADE	32
4.1 – Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa	32
4.1.1 – Missão	32
4.1.2 – Objetivos estratégicos	32
4.1.3 – Políticas	34
4.2.1 – Conselho de Administração	35
4.2.1.1. Mandato 2015-2017	35
4.2.1.2. – Novo Conselho de Administração, eleito em 08.01.2016	36
4.2.1.3. – Novo Conselho de Administração, eleito em 12.05.2016	36



4.2.1.4 - Novo Conselho de Administração, eleito em 09.01.2017	37
4.2.2 – Funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	38
4.2.2.1. – Novo Conselho de Administração, eleito em 08.01.2016	38
4.2.2.2. – Novo Conselho de Administração, eleito em 12.05.2016	38
4.2.3 – Mesa da Assembleia Geral	39
4.2.4 – Fiscal Único	39
4.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais	39
4.3.1 – Vogal - Eng.º João Mário Simões Viana	39
4.3.2 – Fiscal Único efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	40
4.3.3 – Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração (8 meses em 2016)	40
4.4 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	41
4.4.1 – Estratégias adotadas	41
4.4.2 – Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	42
4.4.3 – Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa	42
4.4.4 – Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	43
4.4.5 – Viabilidade do cumprimento dos Princípios de bom governo	44
4.4.6 – Código de ética	44
5 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	44
5.1 – Prazo médio de pagamento	44
5.2 – Deveres especiais de informação	44
5.3 – Recomendações do acionista	45
5.4 – Remunerações	45



FERCONSULT

5.5 – Prémios de gestão	45
5.6 – Remuneração fixa	45
5.7 – Quadro resumo	46
6 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	47
7 – PERSPETIVAS PARA 2017	53
8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	56
9 – ANEXOS	57



1 – MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O atual Conselho de Administração foi eleito a 09.01.2017.

Por este fato é de elementar justiça assinalar os esforços desenvolvidos pelo anterior CA no desenvolvimento da atividade da Ferconsult, seja nos mercados nacionais seja nos mercados internacionais.



Em 2016 a Empresa manteve como principal atividade a exportação de engenharia, para os mercados argelino e brasileiro.

O mercado nacional continuou sem capacidade de oferecer oportunidades para uma empresa de engenharia como a Ferconsult, cuja experiência e know-how, único no país, estão focalizados em sistemas de transporte urbano em sítio próprio.

No ano de 2016 foram iniciados diversos estudos preliminares, enquadrados em aspetos de análise de viabilidade, com base no plano de expansão aprovado em 2009, para eventuais expansões da rede do Metropolitano de Lisboa.

O volume de negócios de 2016 foi substancialmente reduzido relativamente ao ano anterior, por os trabalhos entretanto concluídos não terem sido repostos com novas adjudicações. Sobretudo por essa razão, mas também pela variação das provisões para processos em curso e para perdas em projetos, os resultados operacionais de 2016 agravaram-se substancialmente.

Também a tesouraria sofreu enormes pressões tendo-se agravado as dificuldades, já sentidas em anos anteriores, do recebimento atempado dos nossos clientes, com particular destaque para os clientes da Argélia, que continuou a ser o principal mercado da Ferconsult.

É neste contexto das dificuldades da Empresa, numa conjuntura adversa de mercado e com as barreiras existentes para a atuação da Ferconsult no mercado concorrencial internacional em condições de igualdade com os concorrentes diretos, que o Conselho de Administração entendeu reorientar os objetivos estratégicos para a Empresa, decisão suportada pelas conclusões do Plano de Desenvolvimento para a Ferconsult



FERCONSULT

para os próximos cinco anos, estudo que foi mandado elaborar por um consultor externo, e tendo também presente as orientações do acionista.

Ao apresentar este Relatório e Contas, devemos concluir que, apesar dos esforços desenvolvidos, não foram completamente atingidos os objetivos traçados para o ano de 2016. Apesar de já estar prevista uma redução do volume de negócios para 2016, fruto de uma reduzida quantidade de vendas no ano anterior, o volume de negócio ficou ainda aquém do perspectivado, não permitindo uma ocupação adequada dos nossos recursos disponíveis.

A reorientação estratégica assim decidida coloca à empresa e aos seus colaboradores um enorme desafio e responsabilidade, suportado pela convicção de termos o reconhecimento dos nossos clientes pelo bom trabalho desenvolvido e de sermos prestigiados pelas nossas competências e capacidade de realização, testemunhada em Portugal e nos países onde temos atuado. Por isso, também, um agradecimento aos nossos clientes por nos terem escolhido e por terem sistematicamente manifestado a sua confiança no trabalho que desenvolvemos, consubstanciados numa experiência que no ano transato fez 25 anos de atividade.

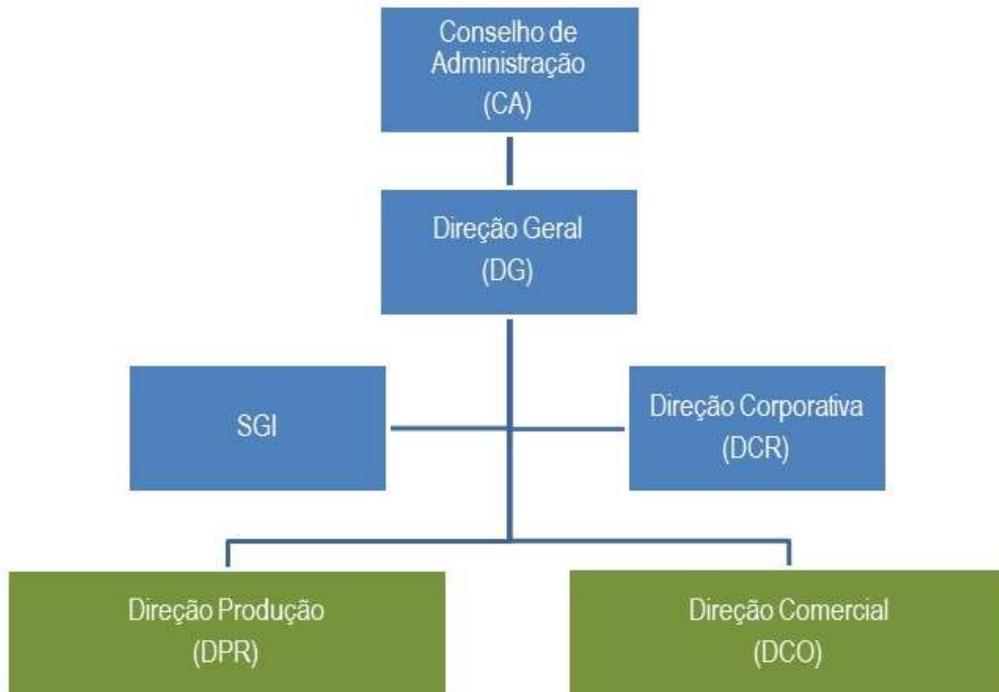
Por último, uma saudação aos trabalhadores da empresa pela dedicação e profissionalismo demonstrado e um agradecimento ao nosso acionista pelo apoio que nos tem dado, quer na disponibilização dos técnicos nas áreas da engenharia de que a Ferconsult carece, e que se empenham igualmente no sucesso dos nossos projetos, quer por acreditar no valor da Empresa, dos seus técnicos, e no seu know-how que, em conjunto com os técnicos do Metro, representam o saber e o conhecimento de engenharia do Grupo Metropolitano de Lisboa.

O Presidente do Conselho de Administração

Vítor Domingues dos Santos



2 – ORGANOGRAMA DA EMPRESA



3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

3.1 - Enquadramento Macro Económico

Para a elaboração do enquadramento macroeconómico foram tidos em conta a Síntese Económica de Conjuntura do



Instituto Nacional de Estatística, referente a Janeiro de 2017, bem como os indicadores de conjuntura do Banco de Portugal e os relatórios e previsões disponibilizados pelo Banco Mundial e pela Comissão Europeia.

Antes de mais, constatamos que em 2016 a atividade económica teve um crescimento muito reduzido, sobretudo, como consequência da desaceleração das economias dos mercados emergentes pelo sexto ano consecutivo, pese embora, se tenha verificado uma ligeira recuperação nas economias dos países mais desenvolvidos.

Em Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) teve um crescimento de 1,4% em volume no ano de 2016.

Quanto à Europa, de acordo com as Previsões Económicas de Inverno de 2017 da Comissão Europeia, constatamos que para a Zona Euro, a Comissão Europeia prevê um crescimento do PIB de 1,6% em 2016, e que no conjunto da União Europeia esse crescimento do PIB foi de 1,9%.

Contudo, deve referir-se que a perspetiva de crescimento global é bastante condicionada pela incerteza em relação às políticas económicas das principais economias mundiais. Isto porque um período prolongado de incerteza poderá arrastar a lentidão do ritmo de crescimento, o que provocará dificuldades para a economia global.

A situação da economia mundial continua muito instável e apresenta muitos riscos que estão relacionados com os ajustamentos que se estão a verificar na economia mundial, designadamente: o enfraquecimento do ritmo de investimento nos mercados

emergentes e nas economias em desenvolvimento, que são responsáveis por um terço do PIB global.

Prevê-se também que o crescimento da produção chinesa desacelere para 6,5% em 2017, comparativamente a uma taxa de crescimento de 6,7% em 2016 e de 6,9%, em 2015. Ora, se estes riscos fundamentais não forem adequadamente controlados, o crescimento económico mundial será posto em causa, de forma irreversível.

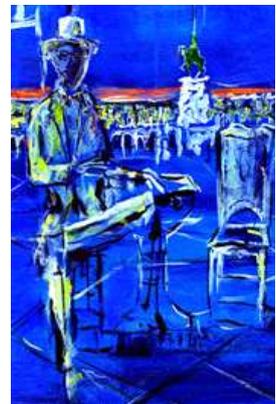
3.2 – Relatório de Atividade

O exercício de 2016 regista uma quebra no volume de negócios, tendo registado o valor de 5,54 k €. A retoma que se verificou em 2013 regista em 2014 e 2015, 7,93 k€ e 7,92 k€, respetivamente. O decréscimo registado no ano de 2016 reflete as dificuldades na área de negócio e de tesouraria.

Do ponto de vista de resultados líquidos, a Ferconsult obteve um resultado no montante de 2,22 milhões de euros negativos.

Os resultados líquidos tinham-se cifrado no exercício anterior em 1,60 milhões de euros negativos

A redução do volume de negócios em 2016 explica-se pela conclusão dos grandes projetos em curso desde 2013, e por um reduzido sucesso da atividade comercial nos anos de 2015, e também de 2016. Apesar de terem sido tentados outros mercados, com algumas propostas entregues no âmbito de concursos internacionais, os resultados não foram os desejados. Em 2016 a atividade comercial registou ainda um decréscimo, fruto da conjuntura internacional e, internamente, dos condicionalismos da empresa enquanto empresa do setor empresarial do estado, sujeita às respetivas exigências e procedimentos legais a cujo cumprimento a Ferconsult está obrigada. Ainda assim foram apresentadas 31 propostas num total de 17,7M€, (das quais 11 em participação isolada e 20 em consórcio) para os mercados onde já operamos e contribuindo para este montante, as propostas de maior valor para a Cosider - Argélia (2,5k€), em consórcio com uma empresa portuguesa, KOUGC – Argélia (4,6k€), em participação isolada, e





Metro de Fortaleza - Brasil (9,6k€), participação em consórcio com duas empresas brasileiras.

Principais projetos em curso em 2016

Elaboração do Projeto de execução da estação Arroios, para o Metropolitano de Lisboa, para ampliar o cais de modo a que a estação possa ser servida por composições de 6 carruagens, garantindo ainda que esta estação possa ser utilizada por pessoas de mobilidade reduzida. Trata-se de um projeto com uma conceção fortemente condicionada pela limitação de trabalhos à superfície.

Remodelação do átrio norte da Estação Areeiro, para o Metropolitano de Lisboa.

Extensão do Metro de Argel, nos troços: Chevalley – Delly Brahim - Chéraga – Ouled Fayet - El Achour – Draria (Lote 4), para a Entreprise du Metro d’Alger (EMA) – foi concluído este projeto, iniciado em 2014. Trata-se de uma extensão de cerca de 17 km, com 16 estações, 17 poços de ventilação e um Parque de Material e Oficinas com um feixe de 29 vias. Os túneis são maioritariamente realizados em TBM (12,7 km), havendo também troços em NATM (3,5 km). Da mesma extensão faz parte um viaduto de cerca de 700m. 11 das estações são realizadas a céu aberto, 4 em caverna (NATM) e uma em viaduto.

Fiscalização das obras de engenharia civil, acabamentos e sistemas da Extensão B "Hai El Badr - El Harrach" da linha 1 do metro de Argel, para a Entreprise du Metro d’Alger (EMA) — em fase de período de garantia, uma vez que esta extensão já entrou em operação em 2015.

Conclusão da Fiscalização das obras da 1.ª linha do metro ligeiro de Oran, para a Entreprise du Metro d’Alger (EMA) – acompanhamento do período de garantia e receção definitiva da obra.

Projeto de execução do túnel, estações e obras em linha da Extensão “E” do metro de Argel – Troço El Harrach / Aéroport (Lote 1 / M28), para a COSIDER TP, empreiteiro público argelino, integrando um túnel com 9,5 km em TBM, 9 estações subterrâneas, 10 poços de ventilação. Este projeto é feito em consórcio com a Cenor. Na divisão do trabalho entre consorciadas a Ferconsult é responsável pelo projeto do túnel, 3 estações e 6 poços de ventilação.



Projeto de execução do túnel e poço de ventilação 7 (Lote 2 / M29) da Extensão “F” do metro de Argel – Troço Ain Naadja /Baraki, para a COSIDER TP – túnel com 1,5 km em NATM, com um zona de recobrimento reduzido sob edifícios e um poço de ventilação. Este projeto é feito em consórcio com a Cenor, sendo a Ferconsult responsável pelo projeto do túnel.

Elaboração de projetos de execução de arquitetura e engenharia das estações e edifícios técnicos da Linha 15 – Prata, para a Companhia do Metropolitano de São Paulo – projeto em curso em consórcio com a Alena, Consulgal SA e Consulgal Brasil. Trata-se de um sistema de Monotrilho elevado, com 24.5 km de extensão, 15 estações elevadas e um Parque de Material e Oficinas.

Revisão do projeto de execução da Linha 5, na extensão entre o Largo Treze, no bairro de Santo Amaro, à Chácara Klabin – Lilás, para a Companhia do Metropolitano de São Paulo – inclui 11,5 km com túneis duplos e simples em NATM e TBM, 11 estações, 13 poços e um Parque de Material Circulante. A revisão de projeto e a consultoria técnica especializada é desenvolvida pela Ferconsult integrada num consórcio onde participam a Alena, Consulgal SA e Consulgal Brasil.

No plano interno, continuou-se a política de racionalização dos custos, mantendo-se o recurso à utilização de meios humanos disponíveis na área da fiscalização, para trabalhos da área de Estudos e Projetos.

A situação de existência de recursos que não podem ser alocados a projetos, e que agravam os custos indiretos da empresa, associada ao decréscimo de volume de negócios, e às reduzidas margens dos projetos, explicam em grande parte os resultados obtidos.

Do ponto de vista financeiro destacam-se essencialmente as dificuldades de tesouraria. Para além dos problemas já conhecidos, decorrentes das dificuldades de obtenção de garantias bancárias que continuaram a ocorrer neste exercício e, também, dos atrasos nas formalizações dos adicionais aos contratos no âmbito do ENSITRANS, bem como, e principalmente, nos atrasos nos recebimentos dos nossos clientes, nomeadamente COSIDER e EMA, os problemas de tesouraria agravaram-se muito pela necessidade de subcontratações, que motiva, por sua vez, um aumento das necessidades de fundo de maneio.

Por outro lado, os contratos em curso de maior expressão, com a Cosider, correspondem a projetos de execução de estruturas enterradas, onde é necessário



realizar constantes adaptações e alterações aos projetos, com o conseqüente aumento do valor do nosso contrato em resultado de trabalhos adicionais que nos são pedidos. Dado o complexo processo de autorizações e aprovações até à emissão das garantias bancárias, existe um grande desfasamento entre a realização dos nossos trabalhos, muitas vezes desenvolvido por subcontratados, e o seu pagamento, cujas faturas só podem ser emitidas após a contratação do adicional, para o qual é necessário a existência das referidas garantias bancárias. Assim os trabalhos adicionais, normalmente negociados em condições que nos são mais favoráveis, acabam por provocar um maior agravamento da nossa tesouraria.

Um dos maiores desafios para 2017 será naturalmente, ultrapassar e resolver os problemas de tesouraria e necessidades de fundo de maneiio, bem como a consolidação dos esforços dos últimos anos, no sentido produzir impactos significativos e positivos na sustentabilidade da Empresa.

Novo Sistema para Gestão de Projetos

Apesar de a Ferconsult ter tido nos últimos anos um volume de trabalho considerável na área dos estudos e projetos, os resultados ficaram aquém do que seria expectável, fruto de condicionantes externos à gestão da empresa, mas também por questões internas que têm a ver com a forma como a empresa está organizada, sobretudo no que se refere à gestão de projetos, desde a fase da elaboração das propostas até à conclusão dos projetos, e ainda o modo como é feito o controlo, incluindo o da componente financeira, em todas as fases.

Neste contexto, justifica-se que as componentes de gestão de projetos e de controlo de gestão seja robusta, com pessoal tecnicamente habilitado, e com as competências necessárias, e que estejam disponíveis as metodologias e as ferramentas adequadas. No Plano de Reestruturação de 2011/2012, já tinha sido identificada a necessidade de reforço de recursos nestas áreas, não tendo sido possível concretizar esse reforço sobretudo no que se refere ao recrutamento de recursos humanos adequados, por existirem restrições legais à contratação a que a empresa está obrigada, mas também por indisponibilidade financeira para a aquisição das ferramentas apropriadas.

Ciente desta situação, o CA decidiu em 2016 criar as condições para a implementação de um sistema de gestão de projetos que melhorasse a performance da empresa. Ora



um sistema de gestão de projetos, implica que existam recursos humanos com as competências adequadas, processos e manuais apropriados aos diferentes tipos de projetos, e uma ferramenta (software) de suporte própria que responda aos objetivos pretendidos.

Nesse sentido o CA decidiu contratar o apoio de consultoria especializada para a implementação do mencionado sistema, onde fossem consideradas uma fase de “Levantamento e Definições”, que permitisse a apresentação de propostas concretas para a modificação dos processos internos, a elaboração de manuais, e a escolha da ferramenta (software – Sistema de Informação), estando prevista uma fase de implementação.

Os trabalhos foram desenvolvidos, durante o último trimestre de 2016, prolongando-se até abril de 2017, com um envolvimento ativo e participativo dos principais intervenientes na gestão de projetos.

3.2.1 – Atividade Comercial

O ano de 2016 acentua a tendência de anos anteriores, de uma conjuntura económica nacional e internacional difícil, tendo sido marcado pelas dificuldades associadas às restrições orçamentais e demais cumprimentos e exigências legais.

Na continuação de estratégia de internacionalização, no ano de 2016, mantiveram-se como mercados alvo o Brasil, Argélia e Turquia, tendo surgido pontualmente oportunidades noutros mercados, como Marrocos, Perú e Tunísia, que se revelaram como oportunidades inviáveis devido às dificuldades em corresponder aos requisitos dos respetivos concursos.

Foi no mercado nacional que em 2016 se registou a maior queda de oferta de serviços, tendo sido apresentadas apenas oito propostas num total de 344k€, das quais cinco foram para o Metropolitano de Lisboa, uma para a Transtejo, duas para a C.M. de Amarante e as restantes para as Infraestruturas de Portugal, - projeto e fiscalização (onde se consideram os sistemas de qualificação).

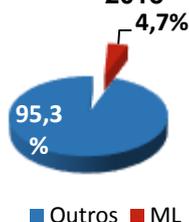
É conhecido que desde 2010, o ML deixou de ser o principal cliente da Ferconsult, sendo que nesse ano representava 44% do Volume de Negócios, 24% em 2011, virtualmente zero em 2012, 6,5% em 2013, 4,4% em 2014, em 2015 registou-se um ligeiro aumento

ficando em 4,7%. Em 2016, também por força da redução do volume de negócios global da empresa, os trabalhos para o ML já representaram 8,9%. Contudo, em 2016 foram iniciados alguns trabalhos preliminares para o Metropolitano de Lisboa, relacionados com a expansão da sua rede, cujos custos e correspondentes proveitos estão reconhecidos nas contas de 2016 da empresa, e que poderão resultar em novos trabalhos no ano de 2017.

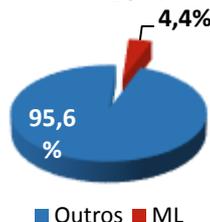
VOLUME DE NEGÓCIOS 2016



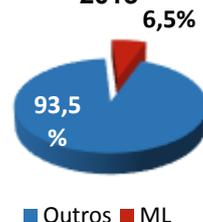
Volume de Negócios 2015



Volume de Negócios 2014

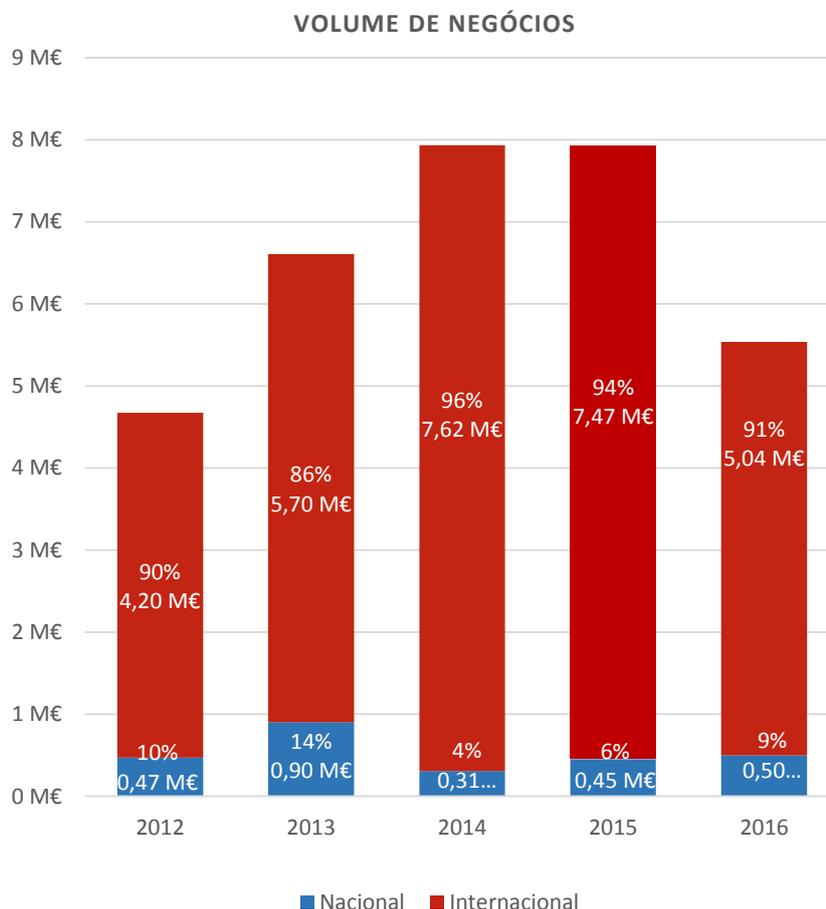


Volume de Negócios 2013



No gráfico seguinte, apresenta-se o Volume de negócio dos últimos cinco exercícios, onde se pode verificar a mudança significativa na distribuição do volume de negócios pelos mercados nacional e internacional. Analisando esta alteração desde o ano de 2010, constata-se que nesse ano o mercado internacional representava apenas 24%, registando desde então um crescimento em valor absoluto e relativo, que representou no exercício de 2014 um peso de cerca de 96%, em 2015 um peso de 94% e, em 2016 um peso de 91%. Apesar de em 2016 se registar um ligeiro decréscimo em relação aos

anos anteriores, mantém-se a tendência de ser no mercado internacional que a Ferconsult exerce maioritariamente a sua atividade, exportando serviços de engenharia.



Em 2016 obtiveram-se 6 adjudicações no valor de 224k€, destas propostas, 4 foram apresentadas no exercício de 2015, no valor de 150,9k€, 2 do exercício de 2016.

A nível internacional foram apresentadas 24 propostas no valor aproximado de 17,4M€, mantendo o foco no mercado Argelino e no mercado Brasileiro.

O baixo valor de adjudicações ocorridas em 2016, reflete a real dificuldade na formalização e angariação de novos trabalhos.

No final de 2016, aguardavam decisão 8 propostas, que correspondem a um potencial volume de negócio na ordem dos 13.5M€, onde se destacam as propostas apresentadas para o Monorail de Arequipa – Peru e para o Metro do Rio de Janeiro, cujo processo foi reaberto, segundo indicação por parte dos nossos parceiros locais, na sequência da



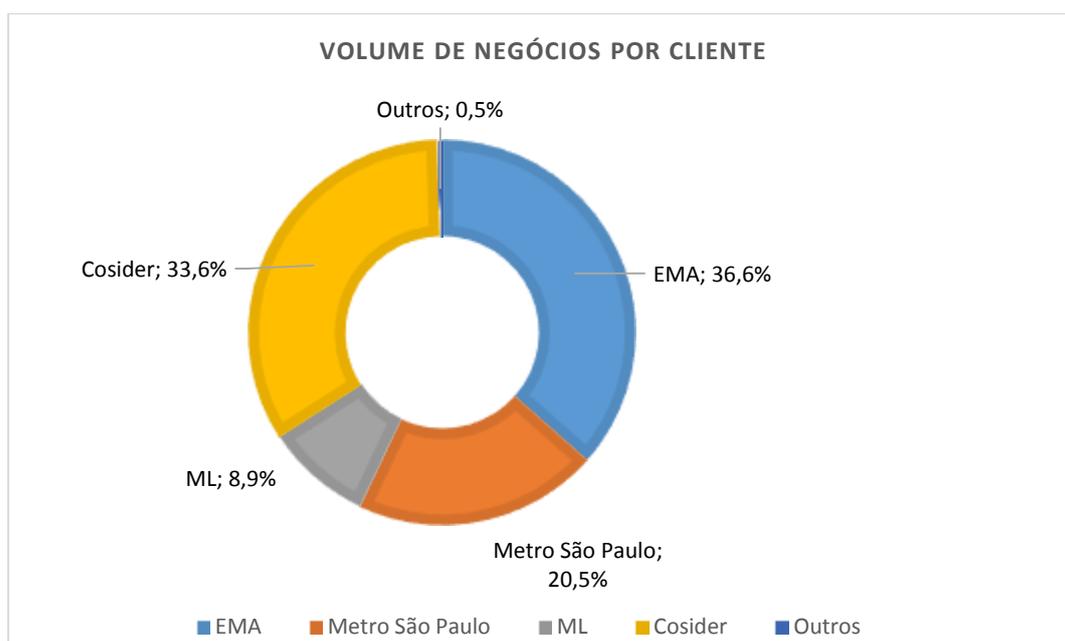
determinação por parte do tribunal, da aceitação da proposta do nosso consórcio no concurso.

O quadro infra demonstra o histórico do volume de negócios por cliente nos últimos 5 anos:

Volume de Negócios por Cliente

Descrição	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
ML	-0,07	-1,5%	0,43	6,5%	0,35	4,4%	0,38	4,7%	0,49	8,9%
Prestações de serviços ao ML	-0,07	-1,5%	0,43	6,5%	0,35	4,4%	0,38	4,7%	0,49	8,9%
Via Ensitrans	3,60	77,1%	3,57	54,0%	2,19	27,6%	2,13	26,8%	1,03	18,5%
Directamente	-	-	1,26	19,0%	2,62	33,0%	3,26	41,2%	1,00	18,0%
Prestações de serviços ao EMA	3,60	77,1%	4,83	73,1%	4,81	60,6%	5,39	68,0%	2,02	36,6%
Metro de São Paulo	-	-	0,81	12,3%	2,54	32,0%	0,70	8,9%	1,13	20,5%
Cosider	-	-	-	-	-	-	0,90	11,4%	1,86	33,6%
Consulgal / Metro do Porto	0,11	2,3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1,03	22,1%	0,54	8,1%	0,242	3,1%	0,55	7,0%	0,03	0,5%
Prestações de serviços a outros Clientes	1,14	24,4%	1,35	20,4%	2,78	35,0%	2,16	27,3%	3,02	54,6%
TOTAIS	4,67	100%	6,61	100%	7,93	100%	7,92	100%	5,54	100%

Em 2016 o volume de negócios relativo por cliente, teve a seguinte distribuição:



No quadro seguinte apresenta-se o histórico do volume de negócios por tipo de atividade, Fiscalização e Estudos/Projetos, nos últimos 5 anos:

Volume de Negócios por Área de Negócio

Direção	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
CFO - Coord. Fiscalização de obras	3,73	79,7%	4,07	61,6%	2,33	29,4%	2,44	30,8%	1,04	18,9%
DEP - Dir. Estudos e Projetos	0,94	20,1%	2,54	38,4%	5,62	70,8%	5,48	69,2%	4,49	81,1%
Outros	0,01	0,1%	-	0,0%	0,02	-0,3%		0,0%		0,0%
TOTAL	4,67	100%	6,61	100%	7,93	100%	7,92	100%	5,54	100%

O volume de negócios em 2016 registou uma diminuição significativa em relação ao ano anterior, em ambos os tipos principais de atividade desenvolvidos pela Ferconsult.

No exercício de 2015, ocorreu a fusão das Direções de Estudos e Projetos e de Coordenação de Fiscalização de Obras, numa nova Direção – Direção de Produção. Contudo, para efeitos de comparação da evolução dos dois tipos de trabalho, no quadro acima ainda se apresentam as designações anteriores.

O ano de 2016 manteve a tendência dos anos anteriores, com maior peso registado nos trabalhos de natureza de estudos e projetos, com 81,1%. Para trabalhos na área da fiscalização, apenas 18,9%, situação que reflete as dificuldades de angariação de novos trabalhos de fiscalização

A área com trabalhos de estudos e projetos é onde se concentra o *know-how* diferenciador da nossa empresa, relativamente à concorrência e que constitui uma vantagem competitiva a preservar. É também um instrumento de apoio e precursor da atividade de coordenação e fiscalização, pelo que deverá ser vista como atividade estratégica a conservar e desenvolver.



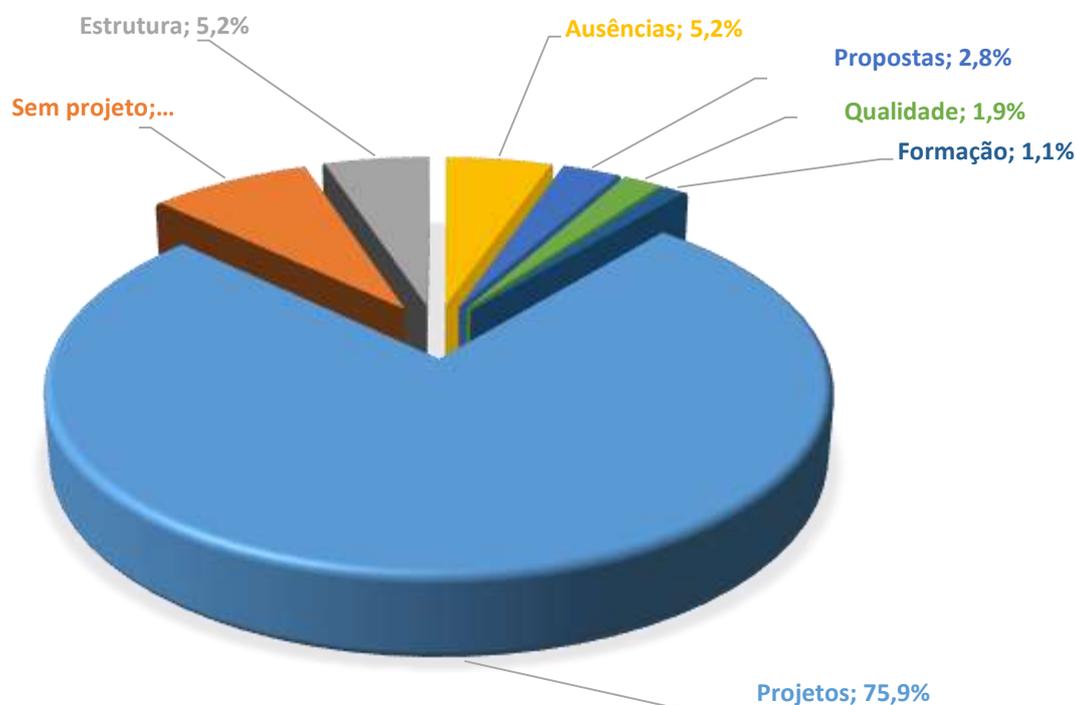
3.2.2 – Produção



No ano de 2016, a produção centrou-se maioritariamente no mercado internacional, concretamente nos nossos clientes no Brasil e na Argélia. No mercado nacional houve um incremento de atividade para o nosso cliente Metropolitano de Lisboa, quer na conclusão de projetos já em curso, quer com o início de estudos preparatórios para a expansão da sua rede.

A capacidade de produção interna da Direção de Produção em 2016 contabilizou aproximadamente 114.000 horas potenciais, que se dividiram da seguinte forma:

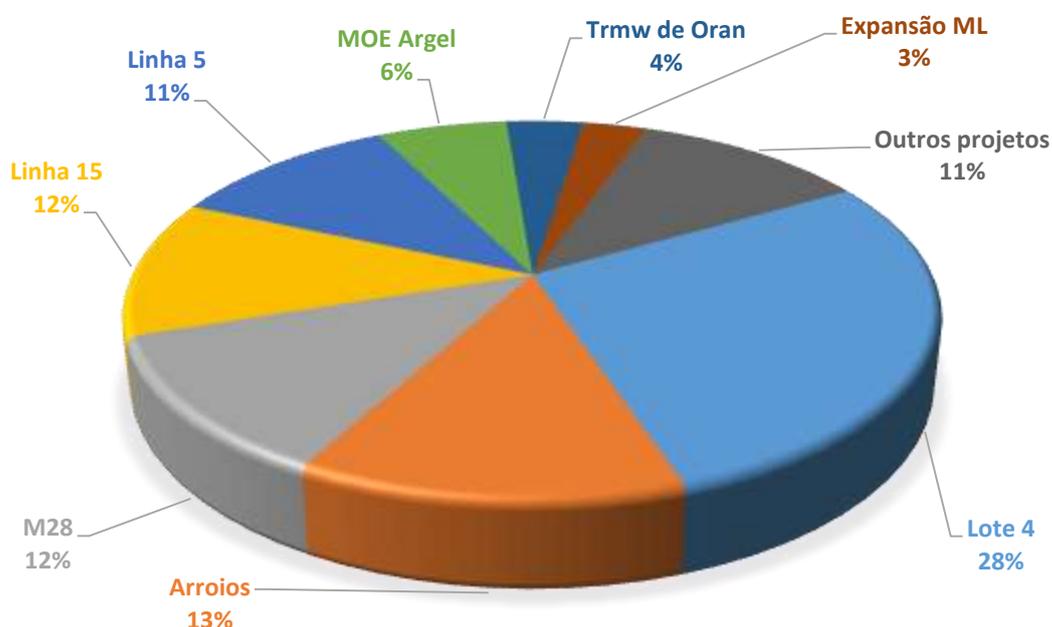
DISTRIBUIÇÃO DE HORAS POTENCIAIS POR TIPO DE TRABALHO





As horas alocadas a projetos, ou seja 75,9% do potencial de horas do Departamento de Produção, corresponderam a cerca de 87.000 horas que se distribuíram da seguinte forma pelos principais projetos:

DISTRIBUIÇÃO DE HORAS POR PROJETO



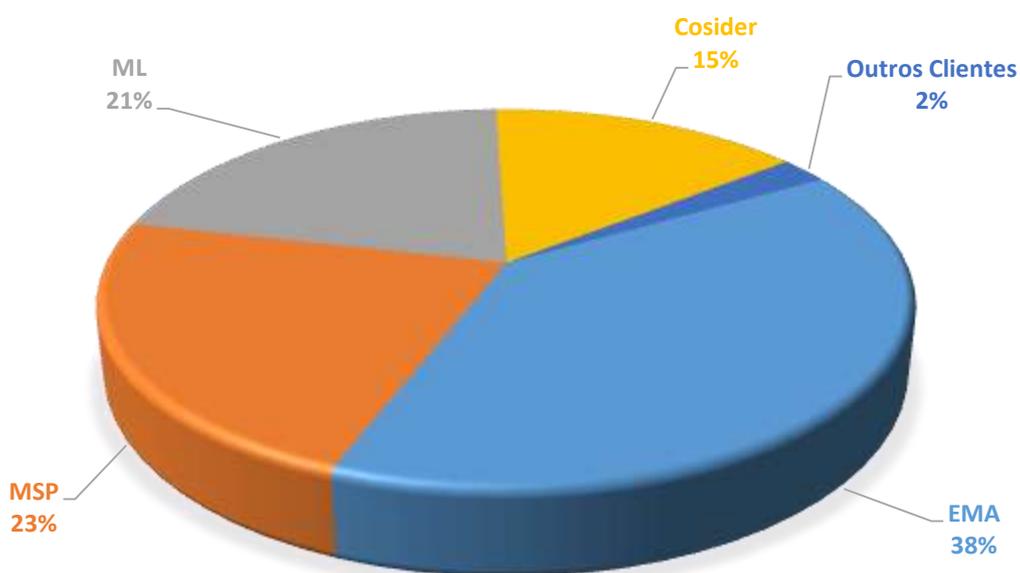
Cliente	Projeto ¹	Horas
EMA	Lote 4	28%
ML	Remodelação da Estação de Arroios	13%
Cosider	Extensão "E" - Lote 1 - M28	12%
MSP	Linha 15	12%
MSP	Linha 5	11%
EMA	MOE Argel	6%
EMA	Tramway de Oran	4%
ML	Estudos da Extensão do ML	3%
Outros	Outros projetos	11%

¹ Ver descrição dos projetos adiante



Do ponto de vista da distribuição por clientes constata-se que cerca de 61% das horas são gastas em apenas dois clientes: a Enterprise Metro d'Alger (EMA) e o Metro de São Paulo (MSP), o que denota uma dependência excessiva de um número reduzido de clientes. Ainda assim, este número melhorou relativamente ao exercício anterior, que correspondia a 78%, pelo aumento de trabalho direcionado para a Cosider e o ML.

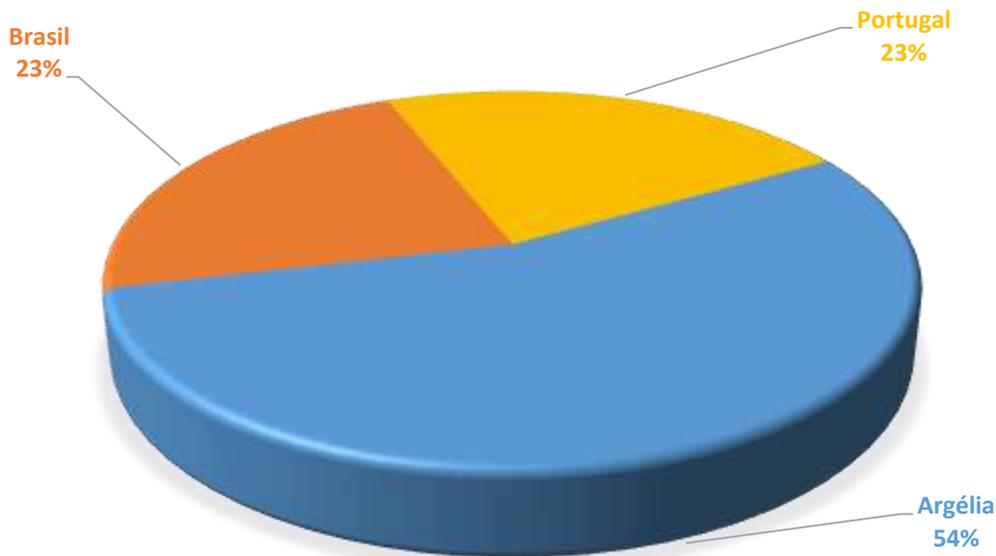
DISTRIBUIÇÃO DE HORAS POR CLIENTE



Relativamente aos mercados destino, as horas dedicadas aos projetos têm a seguinte distribuição:



DISTRIBUIÇÃO DE HORAS POR MERCADO DESTINO



A nível nacional, a produção centrou-se quase exclusivamente em trabalhos para o Metro de Lisboa, onde o maior peso, do ponto de vista de ocupação de técnicos, correspondeu ao projeto de Arroios.

A nível internacional e nas prestações de serviços de estudos e projetos, os esforços centraram-se na conclusão do projeto do Lote 4 (*Extensions Chevalley – Delly Brahim - Chéraga - Ouled Fayet - El Achour – Draria*), para o cliente Entreprise Metro d’Alger (EMA), bem como na continuação dos dois contratos para a Cosider, empreiteiro estatal da Argélia, Lote 1/ Extensão E (*El Harrach / Aéroport*) / M28 e Lote 2/ Extensão F (*Ain Naadja /Baraki*) / M29, para a elaboração de projetos de execução, em consórcio com a empresa Cenor, de duas extensões do Metro de Argel de cerca de 10 km e 2 km respetivamente.

No mercado do Brasil deu-se continuidade aos projetos que temos com a Companhia do Metro de São Paulo (MSP): “*Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia Civil, acabamentos, Comunicação Visual e Paisagismo – Linha 15 Prata*” e “*Gerenciamento do Projeto Executivo da Linha 5 – Lilás e do Projeto Executivo e Homologação das Vias Permanentes da Linha 5 – Lilás e da fase 2 da Linha 4 – Amarela*”, tendo este último ficado concluído já no início de 2017.

Do ponto de vista de prestações de serviços de coordenação, fiscalização, planeamento e controlo de custos, e no mercado internacional, estão praticamente concluídos os projetos em Oran e Argel para o cliente Enterprise Metro d'Alger (EMA), no âmbito da execução da 1ª Linha do Metro Ligeiro de Oran e da Linha do Metro de Argel – 1ª Fase (*Hai El Badr - El Harrach*) respetivamente, prevendo-se uma atividade residual para 2017.

Projetos mais relevantes:

- a) Serviços prestados ao Metropolitano de Lisboa:
 - i. Elaboração de Anteprojeto e Projeto de Execução de especialidades para a remodelação e extensão do cais da Estação Arroios;
 - ii. Estação Areeiro - Remodelação do Átrio Norte;
 - iii. Fiscalização das Empreitadas de Reabilitação e Restauro dos Túneis do ML e Acompanhamento das Interferências de Obras com as Infraestruturas do ML;
 - iv. Serviços de Coordenação de Segurança em Projeto e em Obra;
 - v. Serviços de medidor / orçamentista para projetos e contratos do ML;
 - vi. Estudos para a Expansão do Metropolitano de Lisboa.
- b) Serviços prestados a clientes no Mercado Externo:
 - i. EMA – Enterprise du Métro d'Alger
 - 1. Metro de Argel – Extensions du Métro d'Alger: Chevalley – Delly Brahim - Chéraga - Ouled Fayet - El Achour – Draria (Lote 4);
 - 2. Metro de Argel - Maitrise d'Oeuvre de la Realisation des Travaux de Genie Civil, Amenagements et Système Intégral de l'Extention B "Hai El Badr - El Harrach" de la Ligne 1 du Metro d'Alger;
 - 3. Metro Ligeiro de Oran - Fiscalização dos trabalhos de realização da 1.ª Linha do Metro Ligeiro de Oran.
 - ii. Cosider Travaux Publics, SA
 - 1. Metro de Argel - *Extension "E" du métro d'Alger - tronçon El Harrach / Aéroport - Etudes d'Execution du Tunnel, stations et ouvrages en ligne* (Lote 1 / M28)
 - 2. Metro de Argel - *Extension "F" du métro d'Alger - tronçon Ain Naadja /Baraki - Etudes d'Execution, Tunnel et Ouvrage PV7* (Lote 2 / M29).
 - iii. Companhia do Metropolitano de São Paulo – Brasil (MSP)



1. Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia Civil, acabamentos, Comunicação Visual e Paisagismo - Linha 15 Prata
2. Gerenciamento do Projeto Executivo da Linha 5 – Lilás e do Projeto Executivo e Homologação das Vias Permanentes da Linha 5 – Lilás e da fase 2 da Linha 4 – Amarela

3.3 – Recursos Humanos

O ano de 2016 voltou a ser um ano de mudanças internas na Ferconsult, tendo sido nomeada uma nova Administração e um novo Diretor Geral.

A nível da estrutura da empresa mantiveram-se as Direções já existentes - DCR – Direção Corporativa (suporte); DPR – Direção de Produção (produção) e DCO -Direção Comercial (comercial), sendo que num primeiro nível se mantém a Direção Geral, estando a organização interna enquadrada pelo Sistema de Gestão Integrado.

Durante o ano de 2016 o efetivo foi reduzido em 5 colaboradores, tendo-se realizado (4) quatro acordos de transação em Tribunal, que resultaram no acordo para a saída de três trabalhadores e na celebração de um contrato de trabalho sem termo com um trabalhador.

3.3.1 – Caracterização do Efetivo

- **Efetivo Total**

Durante o ano de 2016 a Ferconsult S.A apresenta um efetivo médio de 82 colaboradores, dos quais 46 do sexo masculino e 36 do sexo feminino (56% e 44% respetivamente).

A 31 de Dezembro de 2016, a Ferconsult contava com um efetivo de 81 colaboradores.

Durante o ano saíram da empresa 5 colaboradores:

- Cessação do contrato de trabalho – 1 colaborador;
- Caducidade do contrato de trabalho – 1 colaborador;
- Denúncia do contrato de trabalho – 1 colaborador;
- Acordo de Cedência com o ML – 2 colaboradores;



Nesta caracterização excluía-se 3 colaboradores que estão cedidos ao ML bem como um conjunto de colaboradores Argelinos, contratados localmente para os projetos de Argel.

O quadro infra demonstra o histórico do número de funcionários nos últimos 6 anos:

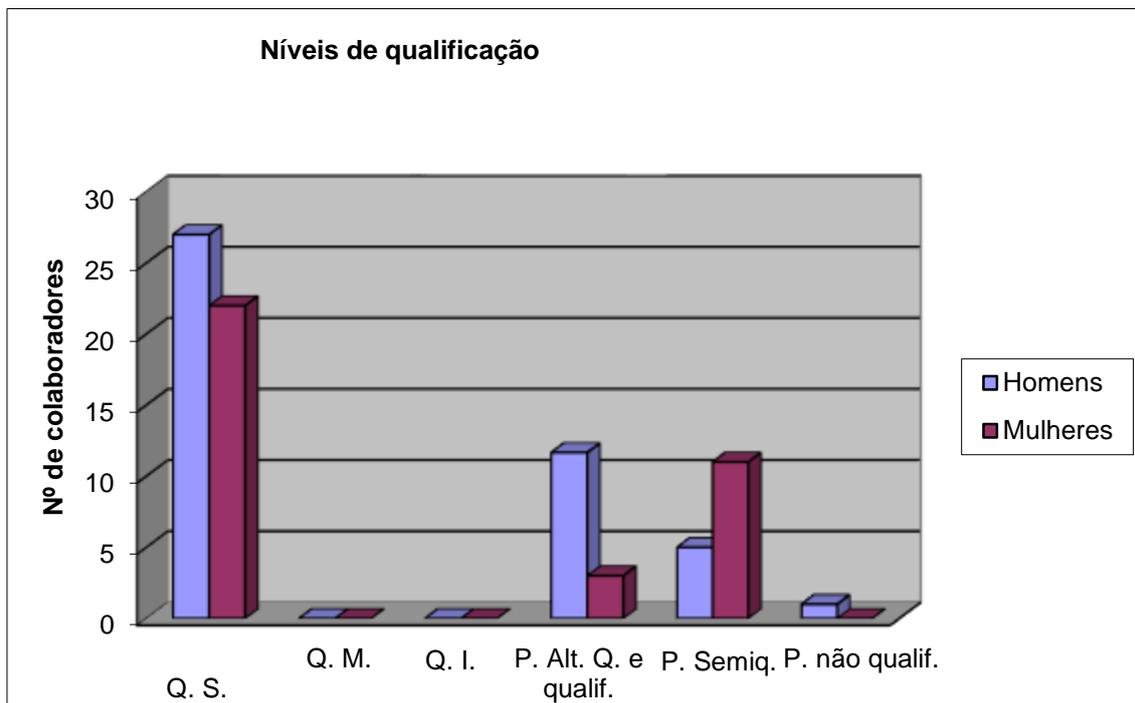
Ano / Vínculo Contratual	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Contratos sem termo	75	77	76	74	75	75
Contratos a termo	46	34	27	26	3	0
Contratos cedência do ML	4	2	2	2	5	6
Total Mulheres	57	47	45	43	36	36
Total Homens	68	66	60	59	48	45
Total	125	113	105	102	84	81

Nota: Valores médios para o último trimestre de cada exercício.

- **Níveis de Qualificação**

Verifica-se que a maior percentagem do nível de qualificação é representado pelos Quadros Superiores, num total de 49 colaboradores.

	Quadros Superiores	Quadros Médios	Quadros Intermediários	Profissionais altamente qualificados e qualificados	Profissionais Semiquantificados	Profissionais não qualificados	TOTAL	%
Homens	27	0	0	12	5	1	45	55
Mulheres	22	0	0	3	11	0	36	45
Total	49	0	0	15	16	1	81	100

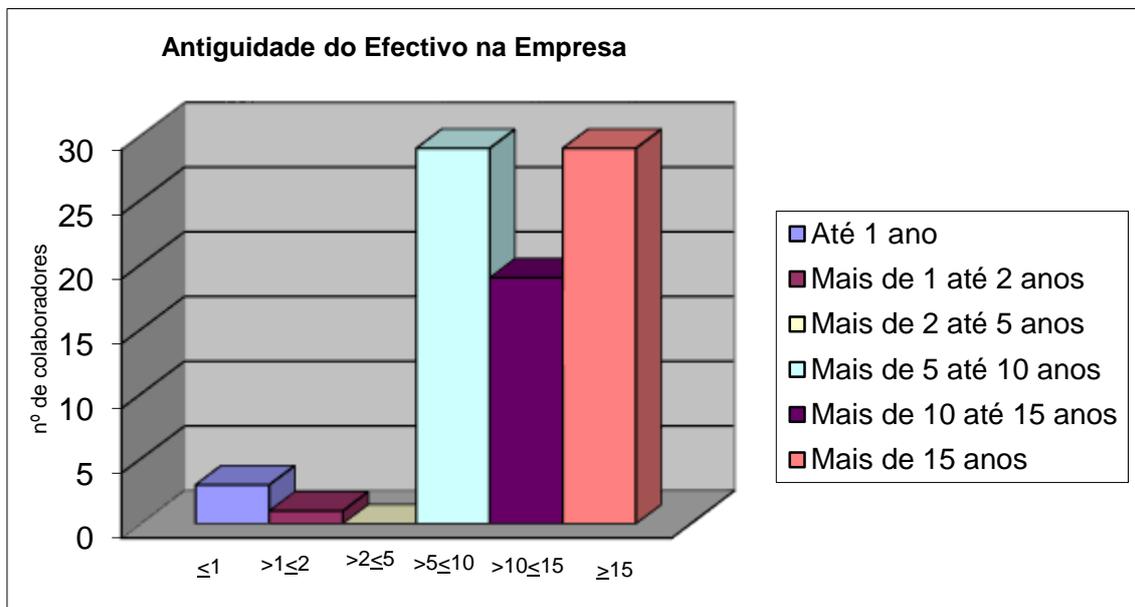


- **Antiguidade do efetivo na Empresa**

Verifica-se que a maior percentagem da antiguidade na empresa está centrada no período mais de 5 até 10 anos e mais de 15, com um total de 29 colaboradores por cada período.

ANTIGUIDADE		
	N.º	%
Até 1 ano*	3	4
Mais de 1 até 2 anos*	1	1
Mais de 2 até 5 anos	0	0
Mais de 5 até 10 anos	29	36
Mais de 10 até 15 anos	19	23
Mais de 15 anos	29	36
Total	81	100

*Colaboradores que estão cedidos pelo ML.



3.3.2 - Prestação do Trabalho

- **Absentismo**

Durante o ano de 2016 a média da taxa de absentismo foi de 3%. As baixas médicas e as licenças de parentalidade foram os dois motivos que mais contribuíram para o absentismo durante o ano de 2016.

Absentismo - Motivos		2013	2014	2015	2016
1º Trimestre	Baixas médicas	35%	27%	67%	4%
	Baixas acidente trabalho	19%	13%	18%	
	ETE - Exames	2%	8%	2%	7%
	Licença Parentalidade	36%	45%		88%
	Assistência à família	1%	3%	1%	
	Luto	1%	1%	1%	
	Outros	6%	3%	10%	
2º Trimestre	Baixas médicas	33%	68%	56%	28%
	Baixas acidente trabalho	26%		19%	10%
	ETE - Exames	1%	9%	1%	5%
	Licença Parentalidade	29%		19%	55%
	Assistência à família		5%		



	Luto	2%	8%		2%
	Outros	9%	10%	4%	
3º Trimestre	Baixas médicas	41%	78%	46%	55%
	Baixas acidente trabalho	38%	9%	25%	17%
	ETE - Exames	2%			4%
	Licença Parentalidade	17%	5%	23%	16%
	Assistência á família	1%	7%	2%	
	Luto				2%
	Outros	2%	1%	2%	4%
4º Trimestre	Baixas médicas	36%	90%	79%	80%
	Baixas acidente trabalho	29%		3%	
	ETE - Exames	1%	1%		3%
	Licença Parentalidade	25%	6%	13%	16%
	Assistência á família		6%		
	Luto	2%		3%	
	Outros	7%	2%	2%	1%

3.3.3 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos

- **Formação**

A Ferconsult nos últimos anos tem feito um grande esforço no cumprimento do plano de formação.

O Plano de Formação de 2016 foi validado internamente e seguido na sua generalidade. Cada ação de formação realizada foi alvo de análise e aprovação de forma individual, tendo sido realizadas 60% das ações previstas (média).

Decorreram ainda algumas ações extra Plano de Formação (por exemplo Especializado CAD e 3ds Max + Vray). Algumas das ações, previstas para 2016, foram realizadas apenas no primeiro trimestre de 2017, por razões de produção e afetação dos Colaboradores aos projetos em curso.

Das formações realizadas destaca-se a referente à Gestão de Projetos (segundo o PMBok), realizada em parceria com o Metropolitano de Lisboa, a qual irá permitir a



realização de melhorias internas com vista à implementação de um Sistema de Gestão de Projetos, tornando esta abordagem mais eficaz e sistematizada dentro da organização e na relação com os nossos Clientes, Parceiros e o Acionista.

3.4 – Sistema de Gestão Integrado (Qualidade e Ambiente)

A FERCONSULT possui implementado, desde Janeiro de 2008, um SGQ de acordo com a Norma de Referência ISO 9001 e, desde Dezembro de 2010, um SGA de acordo com a norma ISO 14001, abrangendo todo o âmbito da sua atividade de negócio, nomeadamente:

A Consultoria na área das infra-estruturas de Transportes, abrangendo a prestação de serviços nas áreas de Estudos e Projetos de Arquitetura e Engenharia, Gestão e Fiscalização de Obras, Segurança, Ambiente e Serviços de Instrumentação, Topografia, Geologia e Inspeções Técnicas.

O SGQ, tendo por base a norma de referência NP EN ISO 9001:2000, foi reconhecido pela APCER em 2008-08-05. Em Novembro de 2009 foi efetuada a transição para a norma de referência NP EN ISO 9001: 2008.

O SGA, tendo por base a norma de referência NP EN ISO 14001:2004 + Emenda 1:2006, foi reconhecido pela APCER em 2011-04-13.

A FERCONSULT definiu uma Política de Qualidade e Ambiente, em Outubro de 2012, iniciando assim a integração dos seus dois Sistemas de Gestão (Qualidade e Ambiente) num único sistema (SGI), com base nas normas NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2012.

Já em 2015, a FERCONSULT definiu a sua nova Política Integrada passando a integrar os princípios associados à Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

O SGI é de aplicação universal em todas as Prestações de Serviços executadas pela FERCONSULT, quer a nível nacional, quer a nível internacional, sendo no entanto de salientar que em situações de participação em Consórcios, em Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) ou em Agrupamentos Europeus de Interesse Económico (AEIE), a FERCONSULT poderá não aplicar a totalidade do seu SGI. Contudo será assegurada a implementação dos princípios e procedimentos do SGI,

conforme aplicabilidade, de acordo com os condicionalismos do contrato celebrado com os restantes associados e/ou Empresas agrupadas.

Em Maio de 2016, aquando da realização da auditoria externa ao Sistema de Gestão Integrado (SGI) da Ferconsult, a Equipa Auditora destacou como pontos fortes o elevado empenho da organização com o sistema de gestão, bem como:

- O domínio técnico da atividade;
- A riqueza e detalhe da informação analisada no âmbito do acompanhamento dos processos e dos respetivos indicadores
- A realização do guia das boas práticas ambientais
- O envolvimento e cortesia de todas as pessoas contactadas.

O envolvimento e empenho de todos os Colaboradores, principalmente nos meses que precederam a Auditoria e em que foi efetivamente realizado um esforço para simplificar e melhorar o nosso sistema, bem como implementar algumas ações corretivas ainda pendentes, foi produtivo e reconhecido.

No segundo semestre de 2016 a FERCONSULT deu início ao processo de transição para as novas versões das normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015.

De futuro, e porque as exigências internacionais ao nível de potenciais Clientes e as melhores práticas no sector assim o ditam, a Ferconsult deverá apostar na certificação em Segurança e Saúde do Trabalho e em Responsabilidade Social. Este é o caminho natural para as empresas que possuem um sistema integrado de gestão certificado e amadurecido.

3.4.1 - Comunicação Externa

No sítio na Internet da Empresa, www.ferconsult.pt, foi disponibilizada a informação de obrigação legal, e realizadas as atualizações necessárias no que se refere a informação que deverá encontrar-se disponível ao público.

Em 2016, no âmbito das ações de comemoração do 25.º aniversário da Ferconsult, foi considerado dar prioridade a reformulação total do website. A execução do novo website teve início em novembro, com disponibilização *on line* prevista para o 1º semestre de 2017.

Encontra-se disponível no sítio na Internet:

- Informação de carácter legal, apresentação da empresa, missão, visão e valores, órgãos sociais, elementos curriculares e os últimos cinco Relatórios e Contas aprovados.
- Informação de âmbito Sistema de Gestão Integrado, a Política Integrada da Ferconsult, o Manual de Gestão Integrado (MGI) e certificados da APCER;

3.4.2 - Comunicação Interna

Mantêm-se disponíveis, no portal interno da empresa, a Política Integrada, o MGI (Manual de Gestão Integrado) e a Matriz de Identificação e Avaliação de Aspetos Ambientais, bem como todos os procedimentos, formulários e demais documentos associados ao Sistema de Gestão Integrado, disponíveis para consulta e utilização de todos os Colaboradores. Encontra-se também disponível, no portal interno, informação de carácter geral e legal, continuando este a ser um meio de comunicação interno, onde se garante que é inserida e atualizada toda a informação de âmbito SGI e da organização.

A Política Integrada, encontra-se afixada em todos os pisos do edifício, assim como, informação de carácter geral e de obrigação legal, nomeadamente no que se refere à Segurança e Saúde no Trabalho, que é regularmente atualizada de acordo com o previsto.

Para além desta forma de comunicação, procedeu-se à divulgação de todos os documentos e informação de âmbito do SGI, a todos os Colaboradores da Ferconsult e a todos os utilizadores do edifício, nomeadamente às duas empresas que ocupam o r/c, bem como a todos os prestadores de serviços que utilizam as instalações e que colaboram connosco.

Ainda no âmbito do Sistema de Gestão Integrado foi elaborado o Guia de Boas Práticas Ambientais da Ferconsult com vista à sensibilização de todos os Colaboradores e Parceiros, alertando para a Responsabilidade Social e Ambiental não só das organizações mas de cada indivíduo. Este guia pretende ser uma ferramenta de apoio à utilização sustentada dos recursos, seja em casa ou na Ferconsult. Foi desenvolvido em formato digital interativo e divulgado a todos os Colaboradores, aos Prestadores de Serviços a desenvolver atividades nas instalações da Ferconsult e às empresas instaladas no r/c do edifício.



Este guia está disponível no portal interno e será disponibilizado no novo website.

3.5 – Plano de Desenvolvimento para a Ferconsult, a 5 anos

A Ferconsult dispõe hoje de clientes importantes ao nível internacional e de um trabalho de relevância e notoriedade no apoio a opções de mobilidade sustentável em vários países.

Os resultados operacionais negativos apurados, assim como as dificuldades sentidas pela empresa, foram apreciadas pelo Conselho de Administração que entendeu adequada a realização de uma análise externa da atividade e organização da Ferconsult, a identificação das principais causas da presente situação, e a definição de possíveis cenários de desenvolvimento futuro para a viabilidade da empresa, tendo em conta as suas capacidades e competências mas também as limitações devidas ao seu enquadramento na esfera pública, de modo a ser possível ao acionista estabelecer as suas orientações e opções estratégicas, e para que a gestão da Ferconsult pudesse proceder em conformidade.

Neste sentido o CA da empresa decidiu em 2016 contratar a um consultor externo, selecionado após uma consulta limitada ao mercado, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento para a Ferconsult, estabelecido para um período de cinco anos, o qual, após validação e aprovação pelo seu acionista, passaria a constituir um instrumento de gestão para capacitar a empresa a desenvolver a sua atividade de forma eficaz e eficiente, no âmbito dos grandes objetivos determinados pelo seu acionista.

O Plano de Desenvolvimento, iniciado em 2016 mas só concluído já em 2017, foi realizado através de uma metodologia participativa, envolvendo as pessoas chave da Ferconsult e em estreita articulação com os Conselhos de Administração do acionista e da Ferconsult, os quais validaram as etapas do trabalho, a saber: 1. Diagnóstico; 2. Cenários de desenvolvimento futuro; 3. Elaboração do Plano de Desenvolvimento.

O Plano de Desenvolvimento aprovado, a ser colocado em prática no fim do primeiro semestre de 2017, apresenta o diagnóstico estratégico da empresa, a missão e as competências, o foco estratégico da Ferconsult para os próximos anos, o modelo organizacional, e os principais objetivos a atingir, os recursos a alocar à estratégia definida, em conformidade com o cenário de desenvolvimento escolhido pelo acionista da Ferconsult.

4 – GOVERNO DA SOCIEDADE

Nos termos do regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, a Ferconsult tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigada, nomeadamente, com a inclusão de um capítulo próprio relativo ao governo da sociedade no seu relatório e contas.



4.1 – Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa

4.1.1 – Missão

Disponibilizar soluções eficazes que excedam as expectativas dos nossos clientes. Ser uma organização cada vez mais robusta apostando em novos mercados e solidificando a sua posição nacional. Apostar na inovação e na qualidade enquanto promotores de desenvolvimento económico, de forma contínua e sustentada.

4.1.2 – Objetivos estratégicos

Na sequência de uma análise à organização e ao modo de funcionamento da empresa, aos resultados financeiros obtidos nos últimos anos, aos recursos humanos existentes, à carteira de trabalhos e as perspetivas de mercado, mas também tendo presente as necessidades do acionista para os próximos anos, onde o conhecimento e experiência da Ferconsult são fundamentais para o sucesso da missão cometida ao Metropolitano de Lisboa na expansão da sua rede, os objetivos estratégicos para a Ferconsult, de acordo com o cenário de desenvolvimento determinado pelo acionista após o estudo por um consultor externo, irão sofrer uma mudança de foco relativamente aos que têm vindo a ser estabelecidos em anos anteriores.

- a) **Focar a sua atividade no apoio às necessidades do ML** – a Ferconsult foi criada para responder às necessidades do acionista nos ambiciosos Planos de Expansão da Rede (PER I e PER II), tendo diversificado a sua atividade face às

diferentes solicitações do mercado, com particular destaque para os estudos e posterior acompanhamento da implementação do Metro do Porto e para a atividade internacional, sobretudo na Argélia, na Irlanda e também no Brasil. Nos últimos anos, face aos reduzidos investimentos nacionais na área dos transportes, designadamente no Metro de Lisboa, e às dificuldades na contratação da Ferconsult pelo seu acionista, a empresa dedicou-se quase exclusivamente à atividade internacional, onde teve a possibilidade não só de aplicar e de se manter atualizada no know-how que possuía, mas de consolidar conhecimentos com novas tecnologias e práticas na conceção de metros mais recentes. É este know-how que o acionista carece para, em combinação com o conhecimento e experiência existente no ML, conceber e desenvolver os estudos e projetos para o novo Plano de Expansão da Rede cometido pelo Governo ao ML, concretamente a expansão Rato /Cais do Sodré e o fecho do anel da Linha Verde no Campo Grande. Para este efeito, serão disponibilizados ao ML os técnicos necessários para o sucesso daquela missão.

- b) **Assegurar, com qualidade, os compromissos internacionais da empresa** – embora com uma significativa redução do volume de trabalho relativamente aos anos de 2014 e 2015, a Ferconsult continua com contratos em curso na Argélia e no Brasil, em consórcio com empresas portuguesas e no âmbito do Ensitrans, os quais importa respeitar, assegurando a qualidade no seu produto e o cumprimento dos prazos, mas também efetuando as necessárias pressões sobre os clientes no sentido do recebimento atempado do trabalho realizado.
- c) **Análise de novas oportunidades** – a Ferconsult não deixará de analisar eventuais oportunidades que possam surgir no mercado nacional e internacional, que sejam interessantes do ponto de vista empresarial e que correspondam às competências que possuímos e aos recursos disponíveis em cada ocasião, sem colocar em causa a clara orientação do acionista para a prioridade absoluta no apoio às suas necessidades mais prementes.
- d) **Redimensionamento da empresa** – sendo uma carência identificada há muito, hoje torna-se mais urgente uma adequação da dimensão da empresa aos objetivos estratégicos determinados pelo seu acionista. Com a indicação de que a Ferconsult passará a partilhar os serviços corporativos do acionista, no apoio que necessita para o desenvolvimento da sua atividade, e com a alocação da maior parte dos recursos produtivos aos novos projetos do ML, haverá



necessidade de reduzir alguns dos recursos que permanecem na empresa, admitindo-se também a possibilidade de uma eventual cedência de alguns recursos humanos para áreas do ML que atualmente deles carecem. Importa contudo frisar que é uma opção clara do acionista a manutenção da Ferconsult, enquanto empresa e enquanto marca.

4.1.3 – Políticas

A Ferconsult visa prosseguir as políticas da qualidade e ambiente, pelo que pretende desenvolver todas as suas atividades numa ótica de melhoria contínua, pautando-se pelos valores de rigor, qualidade, competência e inovação, rumo à excelência dos seus serviços e organização, assegurando a satisfação dos seus clientes, bem como a preservação e proteção do meio ambiente.

Assim, promovendo o compromisso de todos os seus colaboradores e fornecedores, bem como o envolvimento de toda a comunidade em que se insere, a Ferconsult assume para a obtenção destes objetivos, a responsabilidade de:

- VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES, promovendo o seu compromisso com os custos, prazos e qualidade dos serviços prestados, bem como com o desenvolvimento das melhores Práticas Ambientais e de uma Cultura de Segurança e Saúde, fornecendo a todos uma FORMAÇÃO adequada;
- CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS, ambicionando exceder as expectativas dos Clientes, satisfazendo as suas exigências e Critérios de Carácter Ambiental e respeitando os Princípios Gerais de Prevenção e de Segurança nas diferentes abordagens e em todos os ciclos dos Projetos;
- CRIAÇÃO DE VALOR PARA O ACIONISTA e para a Sociedade em geral, através da participação em cadeias de valor acrescentado que potenciam o crescimento económico;
- Preferência por FORNECEDORES e parceiros que prossigam políticas de Sustentabilidade Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho;
- ATUALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS face à evolução tecnológica e à competitividade dos mercados atuais;

- RACIONALIZAÇÃO DOS CONSUMOS de energia e matérias-primas ao nível de combustíveis fósseis, eletricidade, água e papel, produção de resíduos, MELHORANDO A SUA GESTÃO de forma a prevenir as diversas formas de poluição associadas;
- Contribuição ativa para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa, através da promoção da MOBILIDADE SUSTENTÁVEL;
- MANUTENÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO simples e abertos para divulgação da sua política e principais resultados; e
- AVALIAÇÃO periódica da eficácia do Sistema Gestão Integrado, com vista à melhoria contínua, rumo à Sustentabilidade.

4.2 – Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

4.2.1 – Conselho de Administração

Nos termos do Contrato de Sociedade da Ferconsult, o Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros, de três ou cinco, eleitos trienalmente em assembleia geral e reelegíveis uma ou mais vezes.

Durante o ano 2016 verificaram-se várias mudanças no conselho de administração da empresa, cuja sequência teve início com a eleição de um novo conselho de administração, na assembleia geral realizada no dia 08 de janeiro de 2016.

Assim, até 08 de janeiro de 2016 o C. A. foi o seguinte:

4.2.1.1. Mandato 2015-2017

Cargo		Eleição
Presidente	Eng.º Rui Lopes Loureiro	26.02.2015
Vogal	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	26.02.2015
Vogal	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	26.02.2015

Todos os membros do C. A. eram, simultaneamente, membros do conselho de administração do acionista único, a empresa Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pelo que

não receberam qualquer remuneração pelo desempenho dos respetivos cargos na empresa.

4.2.1.2. – Novo Conselho de Administração, eleito em 08.01.2016

Na Assembleia Geral da Ferconsult, realizada em 08 de janeiro de 2016, foi eleito um novo Conselho de Administração para completar o mandato 2015 / 2017, com efeitos imediatos e com a seguinte composição:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Eleito em	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
2016-2017	Presidente	Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	08-01-2016	1
2016-2017	Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	08-01-2016	2
2016-2017	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	08-01-2016	1

Todos os membros do C. A. eram simultaneamente, membros do conselho de administração do acionista único, a empresa Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pelo que não receberam qualquer remuneração pelo desempenho dos respetivos cargos na empresa.

4.2.1.3. – Novo Conselho de Administração, eleito em 12.05.2016

Na sequência das renúncias aos respetivos mandatos, apresentadas em 28 de abril de 2016, pelo presidente e pelo vogal do conselho de administração, Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias e Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos respetivamente, foi tomada em 12 de maio de 2016 uma deliberação social unânime por escrito, ao abrigo e nos termos do n.º 1, do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, através da qual foram aprovados os pedidos de renúncia aos cargos supramencionados e se procedeu à designação de um novo Conselho de Administração

para conclusão do mandato em curso, triénio 2015 / 2017, com efeitos imediatos e com a seguinte composição:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Eleito em	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
2016-2017	Presidente	Eng. ^a Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	12-05-2016	1
2016-2017	Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	08-01-2016	2
2016-2017	Vogal	Eng. ^o João Mário Simões Viana	12-05-2016	2

Neste conselho de administração, a Presidente e o Vogal Dr. Luis Barroso eram simultaneamente, membros do conselho de administração do acionista único, a empresa Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pelo que não receberam qualquer remuneração pelo desempenho dos respetivos cargos na empresa.

Apenas o vogal, Eng.^o João Mário Simões Viana recebeu a remuneração correspondente ao desempenho das suas funções de administrador da Ferconsult.

4.2.1.4 - Novo Conselho de Administração, eleito em 09.01.2017

1. Após 31 de Dezembro de 2016, verificaram-se os seguintes factos relevantes:
 - a) As renúncias aos respetivos mandatos apresentadas em 02 de janeiro de 2017 pela presidente e pelo vogal do conselho de administração, Maria Helena Arranhado Carrasco Campos e Luis Carlos Antunes Barroso;
 - b) A eleição em assembleia geral realizada em 09 de janeiro de 2017 do novo Conselho de Administração para conclusão do mandato em curso, triénio 2015 / 2017, com efeitos imediatos e com a seguinte composição:

Conclusão do Mandato 2015-2017



Cargo		Eleição
Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	09.01.2017
Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	09.01.2017
Vogal	Eng.º João Mário Simões Viana	12.05.2016

4.2.2 – Funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração

4.2.2.1. – Novo Conselho de Administração, eleito em 08.01.2016

Na Assembleia Geral da Ferconsult, realizada em 08 de janeiro de 2016, foi eleito um novo Conselho de Administração para completar o mandato 2015 / 2017, com efeitos imediatos e com a seguinte composição:

Cargo		Eleição
Presidente	Eng.º Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias	08.01.2016
Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	08.01.2016
Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	08.01.2016

4.2.2.2. – Novo Conselho de Administração, eleito em 12.05.2016

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Eleito em	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
2016-2017	Presidente	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	12-05-2016	1
2016-2017	Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	08-01-2016	2
2016-2017	Vogal	Eng.º João Mário Simões Viana	12-05-2016	2

- Eng.º João Mário Simões Viana, Vogal
 - Administrador residente

4.2.3 – Mesa da Assembleia Geral

4.2.3.1. - Mandato 2015-2017

Cargo		Eleição
Presidente	Dra. Filipa Alexandra Queirós Cardoso Aires Bandeira de Melo	28.09.2012
Secretário	Dr. Luís Miguel Vale do Couto	08.01.2016

4.2.4 – Fiscal Único

Mandato 2014-2016

Fiscal Único efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., pessoa coletiva n.º 509224547, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 235, representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André, ROC n.º 979, eleito na A. G. de 17.12.2014.

Fiscal Único suplente: António Manuel Castanho Miranda Ribeiro, ROC n.º 778, eleito na A. G. de 17.12.2014.

4.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Tendo em conta que o Presidente e os dois vogais eram, simultaneamente, administradores do acionista único, a empresa Metropolitano de Lisboa, EPE, e da Ferconsult até janeiro de 2016, não auferiam quaisquer remunerações. Só a partir do mês de maio de 2016, com a nomeação do administrador residente, o mesmo passou a auferir remuneração.

4.3.1 – Vogal - Eng.º João Mário Simões Viana

Remuneração base	4.727,00 euros	14 vezes por ano
Subsídio de refeição	10,35 euros	



4.3.2 – Fiscal Único efetivo: Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.

Honorários 9.900,00 € Anuais

4.3.3 – Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração (8 meses em 2016)

4.3.3.1.	Remuneração	Vogal
4.3.3.1.1.	Remuneração base anual/fixa (4.727,00 x 14)	66.178,00
4.3.3.1.2.	Redução decorrente da Lei 55-A/2010	-780,70
4.3.3.1.3.	Remuneração anual efetiva	41.778,27
4.3.3.1.3.	Remuneração em espécie (viatura)	746,21
4.3.3.2.	Outras regalias e compensações	
4.3.3.2.1.	Plafond anual em comunicações	s/ plafond
4.3.3.2.2.	Gastos de utilização de comunicações móveis	434,61
4.3.3.2.3.	Subsídio de deslocação (ajudas de custo)	750,62
4.3.3.2.4.	Subsídio de refeição	1.335,15
4.3.3.3.	Encargos com benefícios sociais	
4.3.3.3.1.	Proteção social	9.922,34
4.3.3.3.2.	Seguro de saúde	331,17
4.3.3.3.3.	Seguro de acidentes de trabalho	287,43
4.3.3.4.	Parque automóvel	
4.3.3.4.1.	Marca	BMW
4.3.3.4.2.	Modelo	320D
4.3.3.4.3.	Matricula	36-DD-55
4.3.3.4.4.	Valor de referência da viatura	20.100,00



4.3.3.4.5.	Ano de início	2012 ²
4.3.3.4.6.	Ano de Termo	
4.3.3.4.7.	Combustível gasto com a viatura	911,05
4.3.3.4.8.	Plafond anual de combustível atribuído	3.757,80 ³
4.3.3.5.	Outros	
	Seguro automóvel	378,32
	Conservação e manutenção	694,94
	Portagens e parques	417,48
	IUC	27,81
	Amortizações	0

4.4 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

No presente capítulo, optou-se por garantir a aplicabilidade da estrutura solicitada pela DGTF, encontrando-se parte da informação apresentada desenvolvida em capítulos próprios.

4.4.1 – Estratégias adotadas

Sendo o objetivo estratégico da Ferconsult assegurar a sustentabilidade da empresa, a estratégia adotada encontra-se já enunciada no capítulo 1. “Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa”.

² Viatura usada, que já se encontrava ao serviço da empresa, desde 2007, tendo sido adquirida em 2012. Viatura de serviço personalizada sujeita ao regime de tributação fiscal, em sede de IRS.

³ Definido de acordo com o nº 3 do Art.º 33 do DL nº8/2012 de 18 de Janeiro.

4.4.2 – Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A Ferconsult identificou os riscos e as dificuldades sentidas, bem como as oportunidades que podiam ser desenvolvidas visando a melhoria e o aumento do grau da consciência sustentável na empresa, optando por uma política de desenvolvimento da sua atividade de forma equilibrada e sustentada, considerando ser esta a forma de garantir a sua sustentabilidade e competitividade a longo prazo.

Assim, a Política da Qualidade e Ambiente da Ferconsult reflete estas preocupações e traduz-se no seguinte:

A Ferconsult pretende desenvolver todas as suas atividades numa ótica de melhoria contínua, pautando-se pelos valores de rigor, qualidade, competência e inovação, rumo à excelência dos seus serviços e organização, assegurando a **SATISFAÇÃO DOS SEUS CLIENTES**, bem como a **PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE**.

Assim, promovendo o compromisso de todos os seus colaboradores e fornecedores, bem como o envolvimento de toda a comunidade em que se insere, a Ferconsult, SA tem estabelecidas as suas políticas já mencionadas em 4.1.3.

Tendo presente os resultados da Ferconsult nos últimos anos, entendeu o Conselho de Administração, em conjunto com o acionista da empresa e na sequência do Plano de Desenvolvimento a 5 anos para a Ferconsult, levar a cabo algumas alterações nos objetivos estratégicos da empresa, que produzirão efeitos a breve prazo na organização da empresa.

4.4.3 – Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Os principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa são:

Operacionais:

- Qualidade do serviço e cumprimento de prazos nos projetos em curso;
- Desajustamento dos ativos humanos (a atual distribuição dos recursos está desajustada às necessidades);
- Atual sistema de gestão de projetos ineficaz e com software desadequado;
- Necessidades de subcontratação para fazer face aos compromissos;

- Resposta dos serviços partilhados do ML face às necessidades da Ferconsult enquanto empresa no mercado internacional;
- Continuação de referências em projetos para elegibilidade em concursos internacionais;
- Apoio dos técnicos especializados do ML em áreas não existentes na empresa;
- Limitações impostas às empresas do SEE, quando a Ferconsult opera no mercado concorrencial internacional.

Financeiros:

- Tesouraria; recebimentos de clientes internacionais;
- Obtenção de garantias bancárias indispensáveis à sua atividade;
- Com a disponibilização dos principais técnicos ao acionista, sem proveitos para a empresa, esta fica sem recursos vendáveis para diluir os custos indiretos, com consequências para os resultados de 2017.
- Limitações impostas às empresas do SEE, quando a Ferconsult opera no mercado concorrencial internacional.
- Controlo da execução financeira dos projetos.

4.4.4 – Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

A Ferconsult atua num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

Responsabilidade social e ambiental:

Na Ferconsult têm sido adotadas diversas práticas ambientalmente corretas, tendo a empresa implementado e obtido a certificação APCER do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), segundo a norma NP EN ISO 14001:2004, que está devidamente articulado com o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), de que a empresa também está certificada, segundo norma NP EN ISSO 9001:2008.

4.4.5 – Viabilidade do cumprimento dos Princípios de bom governo

A Ferconsult tem vindo, de forma gradual, a implementar as ações necessárias para dar cumprimento às práticas de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, definidas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro.

4.4.6 – Código de ética

A Ferconsult tem, desde 14 de fevereiro de 2005, um “Código de Conduta Empresarial” que se aplica a todos os que trabalham na empresa, não só nas suas relações interpessoais, como nas relações a estabelecer com todas as entidades, singulares ou coletivas, públicas ou privadas, que, a qualquer título, se relacionem com a Empresa.

5 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

5.1 – Prazo médio de pagamento

O prazo médio de pagamento da Ferconsult a fornecedores habituais é de 340 dias. Se considerarmos as relações com o acionista, este prazo passa a ser de 281 dias.

5.2 – Deveres especiais de informação

Para cumprimento dos deveres especiais de informação, foi prestada informação atempada ao acionista, para cumprimento dos seus deveres de informação junto da Inspeção-Geral de Finanças e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeadamente através dos seguintes documentos:

- Planos de atividades anuais;
- Orçamentos anuais;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Cálculo dos prazos médios de pagamento
- Mapas de pessoal.

5.3 – Recomendações do acionista

São feitas através das reuniões do CA da empresa, onde dois membros são também membros do CA do acionista.

5.4 – Remunerações

Em 2016 foi dado integral cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2016, aprovada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, bem como à Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro que estabeleceu a extinção da redução remuneratória, prevista na Lei n.º Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Nesses termos, procederam-se a todas as reduções remuneratórias legalmente consagradas nos supracitados diplomas legais.

5.5 – Prémios de gestão

Os membros do Conselho de Administração da Ferconsult não auferem, remunerações variáveis ou prémios de gestão, dando cumprimento ao determinado no artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, aplicável por remissão do n.º 1, do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

5.6 – Remuneração fixa

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos sociais foi objeto das reduções remuneratórias nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2016, Lei n.º Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, designadamente do n.º 1, do artigo 18.º, nos exatos termos estipulados pela Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro que estabeleceu a extinção da redução remuneratória, prevista na Lei n.º Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.



5.7 – Quadro resumo

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)		X			
Deveres Especiais de Informação			X	Não aplicável	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X	Não aplicável	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artº 18 da Lei nº 7-A/2016 de 30 de março, que prorroga a vigência do artº 41º da Lei n.º 82-B/2014	X				
Órgãos sociais – Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de Fevereiro	X				
Órgãos sociais-redução remuneratória nos termos da Lei n.º 75/2014, de 12 setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 159-A/2015 de 30 de dezembro	X			780,70€	
Órgãos sociais-redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X				
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 159-A/2015 de 30 de dezembro	X			50.772,44€	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X			Não existem cartões de crédito	
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			Não há despesas de representação pessoal	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			X	Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal (2011 – 2016)				(- 47,75%)	
Fornecimentos e Serviços Externos (2011 – 2016)				(-4,41%)	
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos				(-44,06%)	
Nº de cargos dirigentes				(-50%)	

6 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O exercício de 2016 foi condicionado uma vez mais pela manutenção da situação económica do país, sem oportunidades relevantes na nossa área de atividade. A nível internacional continuou o abrandamento das economias dos países onde temos atuado nos últimos anos, com um menor número de oportunidades e a continuidade do alto nível de concorrência.

A pressão sobre a atividade financeira manteve-se, em especial em Portugal, essencialmente no que diz respeito às necessidades de liquidez da economia e consequentemente das empresas.

A nossa empresa não foi exceção, tendo-se agravado neste exercício as já grandes dificuldades de tesouraria, obrigando a um constante esforço na recuperação dos créditos sobre clientes e, com a agravante de se encontrar completamente impossibilitada de recorrer a crédito bancário. Mantém-se também a pressão negativa sobre as empresas do sector empresarial do Estado evidenciando uma desvantagem significativa em relação aos nossos concorrentes privados, dado que este setor deixou de ser, há já algum tempo, apetecível junto da banca, para passar a ser considerado um sector de alto risco e como tal a evitar.

Mas não é só no acesso ao crédito que esta questão se coloca. No que diz respeito à obtenção de garantias bancárias – matéria essencial para a nossa atividade – as dificuldades que enfrentámos mantiveram-se, tendo sido já imensas nos dois exercícios anteriores. Para o tipo de trabalhos que executamos, são sempre necessárias garantias bancárias, sejam para garantir a manutenção das nossas propostas, durante o prazo dos concursos, sejam para permitir o recebimento dos adiantamentos dos clientes, sejam para a celebração de adicionais, ou ainda para garantir a boa execução dos contratos. Sem esta ferramenta é impossível manter e desenvolver a nossa atividade.

Durante o ano de 2016, mais uma vez, foram várias as necessidades de garantias bancárias, frutos de projetos entretanto contratados, mantendo-se a dificuldade na sua obtenção.

Como exemplo podemos apontar de novo o caso dos projetos Extensão “E” (El Harrach /Aeroporto) e Extensão “F” (Ain Naadja/Baraki) do Metro de Argel, para os quais foi necessário obter um total de doze garantias para um valor total de cerca 1,1 M€. O processo de obtenção das garantias bancárias foi iniciado em Junho de 2015 e, à semelhança de situações anteriores, foram feitas várias tentativas junto da banca

comercial, mas apenas um banco (CGD) se mostrou disponível para o fazer, mas com custos elevados, exigindo um seguro à exportação da COSEC e ainda um aval do acionista e consequentemente do Estado Português. Este processo foi complexo e moroso e só foi concluído em junho de 2016, tendo causado notórias dificuldades à Empresa, quer do ponto de vista de tesouraria, pois impediu qualquer recebimento do cliente pelo trabalho já desenvolvido, quer por não cumprir, em devido tempo, as obrigações contratuais, o que leva a que muitas vezes o Cliente não consiga entender as nossas dificuldades. Como consequência, as dificuldades de tesouraria foram agravadas, constituindo um dos maiores problemas da empresa, consumindo tempo e energia e colocando enormes dificuldades operacionais.

No atual enquadramento económico da empresa mantêm-se as preocupações permanentes na racionalização dos gastos de estrutura e na otimização dos meios disponíveis com vista ao aumento da produtividade e angariação de novos trabalhos.

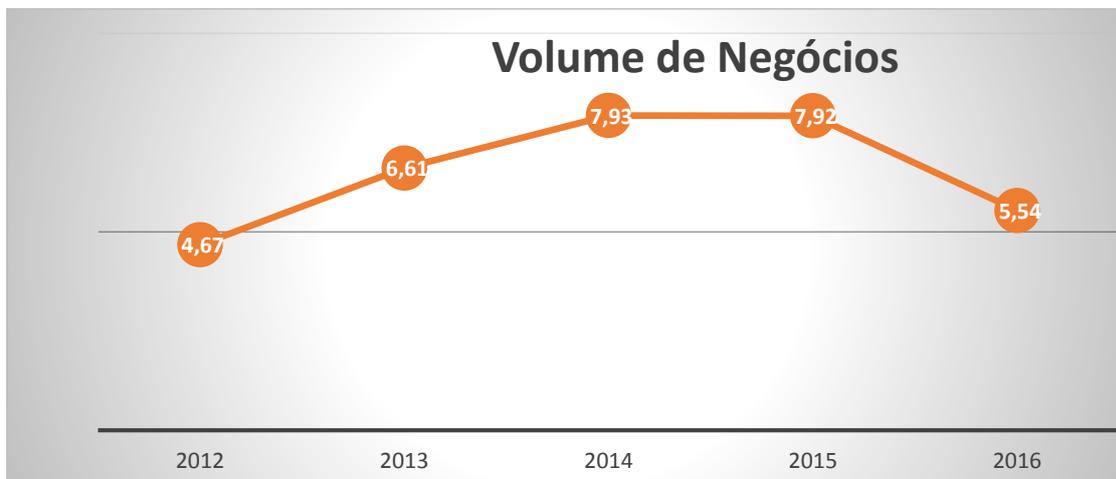
A atividade da Empresa neste exercício foi inferior à do ano anterior, com uma acentuada diminuição do volume de negócios que passou de 7,92 M€ para 5,54 M€, ou seja -30,05%, um valor muito significativo.

A Empresa encerrou o ano 2016, com um resultado negativo, antes de impostos, na ordem dos 2,21 M€ a que corresponde um EBITDA de aproximadamente -2,14 M€.

INDICADORES GERAIS

Volume de Negócios

O volume de negócios total da Ferconsult, em 2016, cifrou-se em 5,54 milhões de euros, a que corresponde um decréscimo acentuado de -2,38 milhões de euros (-30,05%) em relação ao ano anterior, como se evidencia no gráfico seguinte:



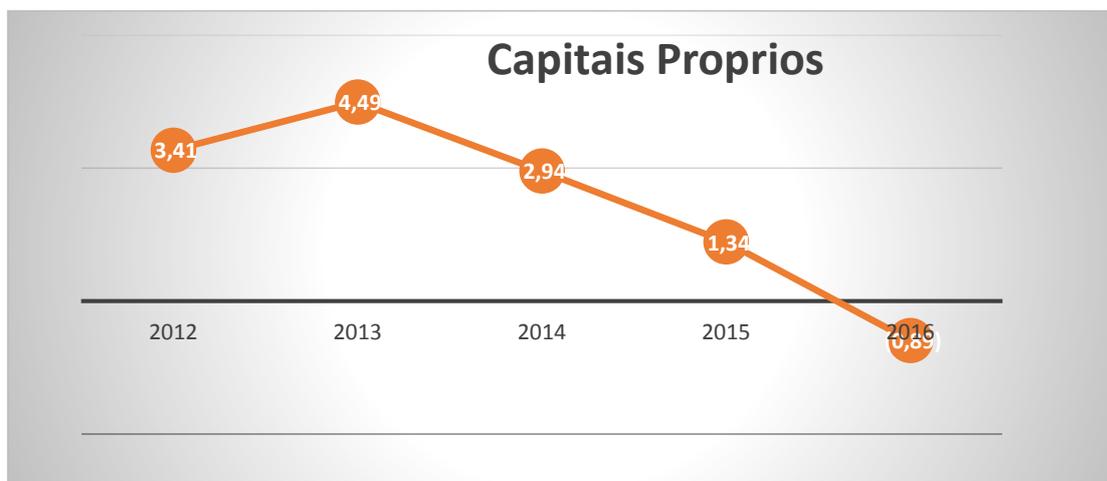
Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O VAB realizado no exercício de 2016, que corresponde ao contributo líquido da Empresa para o PIB (Produto Interno Bruto), ou seja a remuneração dos fatores trabalho e capital, cifrou-se em 2,53 milhões de euros, o que reflete um decréscimo de cerca de 35,0% em relação ao ano anterior (3,87 milhões de euros).



Capitais Próprios

No final do exercício, o total do capital próprio cifrava-se em -0,885 milhões de euros, tendo-se registado uma diminuição na ordem dos -66,3% (-2,22 m€) em relação ao ano anterior, como consequência do resultado negativo do exercício. O atual valor dos capitais próprios encontra-se negativo em -0,885 milhões de euros.



RESULTADOS E CASH-FLOW

A Empresa encerrou o ano 2016, com um défice nos resultados antes de impostos na ordem dos 2,21 M€, a que corresponde um EBITDA de aproximadamente -2,14 M€.

Para este resultado contribuíram os seguintes fatores extraordinários:

- 1 - O decréscimo acentuado no volume de negócios que se cifrou em 5,54 milhões de euros, (7.92 milhões de euros em 2015) a que corresponde uma forte diminuição de -2,38 milhões de euros (-30,05%) em relação ao ano anterior;
- 2 - Variação das Provisões para processos em curso e para perdas em Projetos, nomeadamente da Extension "E" e "F" do Métro d'Alger - tronçon Ain Naadja/Baraki e outras Provisões que geraram um montante de cerca de € 681.000,00.

Resultado Operacional

Os resultados operacionais atingiram o montante de 2,21 milhões de euros negativos, correspondendo a uma margem operacional em função do Volume de Negócios na ordem dos -39,9%, agravando-se relativamente ao ano transato.

Resultado Líquido

A Empresa obteve um resultado líquido negativo no montante de 2,22 milhões de euros, o que representa a margem líquida global da atividade da Empresa, depois de impostos.

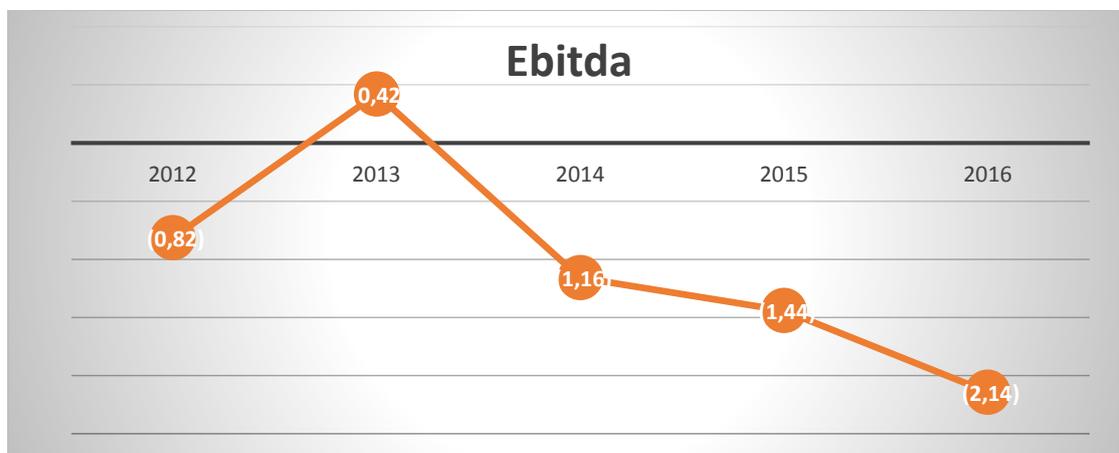


Os resultados líquidos tinham-se cifrado no exercício anterior em 1,60 milhões de euros negativos, tendo-se verificado um agravamento (-0,62 milhões de euros) relativamente ao exercício anterior.



Cash-flow operacional (EBITDA)

A Empresa obteve um *cash-flow* operacional (EBITDA) negativo, no montante de -2,14 milhões de euros, que corresponde à margem operacional da atividade gerada durante o exercício de 2016, excluindo amortizações, ajustamentos e provisões, registando um agravamento de 0,70 milhões de euros face ao ano anterior, cujo valor se situou nos -- 1,44 milhões de euros negativos.



INDICADORES DE RENTABILIDADE

Indicadores de Rentabilidade	2012	2013	2014	2015	2016
Rentabilidade Operacional das Vendas	-24,8%	2,0%	-18,6%	-20,0%	-39,9%
Rentabilidade Líquida das Vendas	-25,7%	1,8%	-19,6%	-20,2%	-40,1%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-35,3%	2,7%	-52,9%	-119,9%	250,8%
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	3.472.301	5.301.054	5.528.968	3.868.791	2.527.274

Rentabilidade Operacional das Vendas

O resultado operacional obtido de -2,21 milhões de euros corresponde a uma taxa de rentabilidade operacional das vendas (Volume de Negócios) de -39,9%, registando-se um agravamento de aproximadamente 19,9 pontos percentuais face ao ano de 2015.

Rentabilidade Líquida das Vendas

O resultado líquido obtido de -2,22 milhões de euros corresponde a uma taxa de rentabilidade líquida das vendas (Volume de Negócios) de -40,1%, cerca de 19,9 pontos percentuais inferior ao ano anterior.

Rentabilidade dos Capitais Próprios

A correlação do resultado líquido obtido no exercício de 2016 de -2,22 milhões de euros, com o total dos capitais próprios negativo no fim do exercício de 0,885 milhões de euros, traduz uma taxa de rentabilidade líquida do capital próprio aplicado na Empresa, negativa, correspondente a -250,8%.

INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores Financeiros	2012	2013	2014	2015	2016
Autonomia Financeira	24,8%	45,8%	34,7%	14,6%	-8,9%
Liquidez Geral	119,0%	126,7%	145,6%	113,0%	91,8%
Solvabilidade	33,0%	84,6%	53,2%	17,1%	-8,2%
EBITDA (MEuros)	- 0,82	0,42	- 1,16	- 1,44	- 2,14

Autonomia Financeira

O rácio da autonomia financeira, que traduz a relação dos capitais próprios com o total dos ativos da Empresa, sofreu uma diminuição de -23,5 pp) relativamente ao ano de 2015, fixando-se negativa no fim do exercício em -8,9%.

Liquidez Geral

A Empresa apresenta em 2016 um rácio de liquidez geral de 91,8%, que se situa abaixo do rácio mínimo aceitável para o exercício da atividade, e registando uma diminuição de recuperação de 18,76% face ao ano transato.

Solvabilidade

O rácio da Solvabilidade, que traduz a capacidade da Empresa para regularizar o seu passivo em função do volume de capitais próprios, fixou-se negativo em cerca de -8,2%, registando um decréscimo significativo de 25,3 pp comparativamente ao ano anterior. Os resultados do exercício tiveram um impacto negativo nos indicadores financeiros, que diminuíram, drasticamente tornando-se negativos. De referir a importância dos indicadores nas avaliações para efeitos de concursos públicos, pelo menos no caso da Argélia, onde estes indicadores não são apenas critérios de admissibilidade, mas sim de avaliação das propostas.

7 – PERSPETIVAS PARA 2017

Tendo em consideração a diminuição da atividade e volume de negócios ocorrida nos últimos exercícios, bem como as perdas acumuladas registadas de aproximadamente 8,5 milhões de Euros, o Conselho de Administração em conjunto com o acionista único estão a avaliar diferentes estratégias de negócio no sentido de reverter estas situações. No entendimento do Conselho de Administração, é do interesse do acionista dar continuidade ao negócio da Empresa, havendo que alterar o seu foco estratégico, nomeadamente por se perspetivarem planos de expansão da rede do metropolitano de Lisboa. Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração, considera adequada a



aplicação do pressuposto de continuidade da Empresa, na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

A Empresa continua a apostar na sua sustentabilidade económica, embora exista a consciência que este tem sido um caminho difícil, quer por fatores internos quer por fatores externos.

Mantêm-se válidos para 2017 alguns dos grandes objetivos que têm sido definidos para os últimos anos, nomeadamente a necessidade de reforço da componente de controlo de gestão financeira e de projeto, face ao elevado risco dos projetos que atualmente desenvolvemos.

O Conselho de Administração irá promover a aplicação do Plano de Desenvolvimento a 5 anos para a Ferconsult, de acordo com os grandes objetivos e a orientação estratégica determinados pelo seu acionista. O mencionado Plano de Desenvolvimento foi realizado com a contribuição de um consultor externo, após uma fase de diagnóstico à situação da Empresa nas diferentes vertentes e a apresentação de cenários alternativos para o desenvolvimento da Ferconsult, tendo o Conselho de Administração da Empresa em conjunto com o seu acionista escolhido o cenário que, no seu entendimento e face ao contexto em presença, melhor serviam os objetivos do Grupo Metro e melhor davam resposta à situação atual da Ferconsult.

A Ferconsult está apostada na valorização do seu conhecimento e na tomada de opções futuras que assegurem a rentabilização deste conhecimento ao serviço da empresa para potenciar os seus resultados, sempre numa estratégia de reconhecimento do valor e da sua utilização de forma meritória e eficiente.

Serão estes os vetores fundamentais a desenvolver em 2017: reorganizar a Empresa em função dos objetivos estratégicos definidos pelo acionista e implementar as ações daí decorrentes, um forte envolvimento dos seus técnicos nos novos projetos de expansão da rede de metro, instituir uma verdadeira cultura de negócio e de responsabilidade a todos os níveis da empresa, executar os trabalhos contratados com satisfação do cliente e otimizando a sua rentabilidade, e obtenção de ganhos de melhores níveis de eficiência e eficácia, mantendo as competências base e o know-how técnico diferenciador.

É também essencial reforçar a componente de gestão de projetos, de planeamento e de controlo das atividades de produção, de acompanhamento dos clientes, e mormente, o controlo de gestão e de monitorização financeira dos projetos, situação já há muito



identificada pela gestão de topo e que não tem sido possível concretizar face às limitações quer financeiras quer de contratação a que a empresa está sujeita.

Por fim, o grande objetivo estratégico da Ferconsult continuará a ser atingir a sua sustentabilidade económico-financeira, colocando o seu conhecimento e saber único em Portugal no apoio ao seu acionista e demais entidades gestoras de infraestruturas de transportes do país, mantendo simultaneamente, e na medida das suas eventuais disponibilidades excedentes, a sua vocação exportadora de bens transacionáveis, a satisfação dos seus clientes e do seu acionista, a motivação e realização profissional dos seus trabalhadores e o reconhecimento internacional da engenharia portuguesa.



FERCONSULT

8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2016, a Empresa teve um volume de negócios com o montante de € 5.536.697 (cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e sete euros) e apurou resultados líquidos negativos que ascenderam a € 2.220.590 (dois milhões, duzentos e vinte mil, quinhentos e noventa euros).

Assim, nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração, considerando os níveis de capitais próprios adequados ao desempenho das suas atividades, propõe à Assembleia Geral, a aplicação do resultado líquido negativo do exercício, no valor global de 2.220.590 (dois milhões, duzentos e vinte mil, quinhentos e noventa euros), na rubrica de resultados transitados.

Lisboa, 22 de maio de 2017

O Conselho de Administração,

Vítor Domingues dos Santos

Maria Helena Campos

João Mário Simões Viana



FERCONSULT

9 – ANEXOS



**Demonstrações Financeiras
e Anexo**

Índice das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015	4
Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015	5
Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015	6
Anexo às demonstrações financeiras	7
1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
3 ADOÇÃO PELA 1ª VEZ DAS NCFR	8
4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	8
5 FLUXOS DE CAIXA	16
6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	18
7 ATIVOS INTANGÍVEIS	20
8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	20
9 CLIENTES	21
10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	22
11 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	22
12 DIFERIMENTOS	23
13 CAPITAL	23
14 RESERVAS LEGAIS, PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	24
15 PROVISÕES	25
16 FORNECEDORES	25
17 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	26
18 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	26
19 SERVIÇOS PRESTADOS	27
20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	27
21 GASTOS COM PESSOAL	28
22 OUTROS RENDIMENTOS	28
23 OUTROS GASTOS	29
24 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	29
25 DIVIDENDOS	31
26 COMPROMISSOS	31
27 CONTINGÊNCIAS	31
28 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	32
29 PARTES RELACIONADAS	32
30 EVENTOS SUBSEQUENTES	34

Balancos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

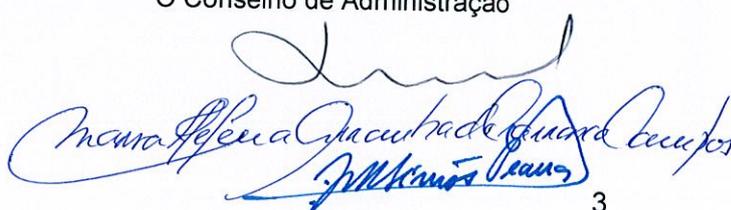
	Notas	2016	2015
Activo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	16.238	52.174
Ativos intangíveis	7	22.460	47.529
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	418.422	433.876
Outros investimentos financeiros		396	396
Clientes	9	643.754	559.117
		1.101.270	1.093.092
Corrente			
Clientes	9	3.601.432	2.618.019
Estado e outros entes públicos	10	113.506	166.599
Outros créditos a receber	11	3.320.304	4.298.556
Diferimentos	12	136.193	173.974
Caixa e depósitos bancários	5	276.112	790.104
		7.447.547	8.047.252
Total do ativo		8.548.817	9.140.344
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	13	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	14	960.000	960.000
Reservas legais	14	200.000	200.000
Outras reservas	14	7.731.808	7.731.808
Resultados transitados	14	(8.556.553)	(6.954.921)
		1.335.255	2.936.887
Resultado líquido do período		(2.220.590)	(1.601.632)
Total do capital próprio		(885.335)	1.335.255
Passivo			
Não corrente			
Provisões	15	1.353.076	783.183
Financiamentos obtidos		-	-
		1.353.076	783.183
Corrente			
Fornecedores	16	3.831.027	2.855.038
Adiantamentos de clientes	17	21.188	528.923
Estado e outros entes públicos	10	129.007	158.570
Outras dívidas a pagar	18	3.961.715	3.202.801
Diferimentos	12	138.139	276.574
		8.081.076	7.021.906
Total do passivo		9.434.152	7.805.089
Total do capital próprio e do passivo		8.548.817	9.140.344

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado:



O Conselho de Administração



Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Notas	2016	2015
Serviços prestados	19	5.536.697	7.923.405
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(15.454)	49.450
Fornecimentos e serviços externos	20	(3.027.880)	(4.060.594)
Gastos com o pessoal	21	(3.702.055)	(5.077.163)
Provisões (aumentos/ reduções)	15	(680.593)	(272.164)
Outros rendimentos	22	77.096	239.321
Outros gastos	23	(330.244)	(243.175)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(2.142.434)	(1.440.921)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6, 7	(66.068)	(146.309)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2.208.502)	(1.587.230)
Juros e gastos similares suportados	23	-	(15)
Resultados antes de impostos		(2.208.502)	(1.587.245)
Imposto sobre o rendimento do período	24	(12.088)	(14.388)
Resultado líquido do período		(2.220.590)	(1.601.632)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado:



O Conselho de Administração:



Manoel Felipe da Cunha de Carvalho Campos
Ministro de Gestão

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

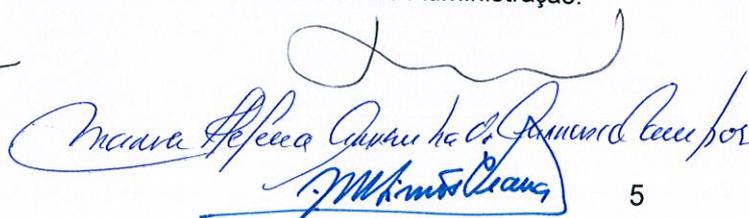
	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2014		<u>1.000.000</u>	<u>960.000</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.808</u>	<u>(5.400.709)</u>	<u>(1.554.212)</u>	<u>2.936.887</u>
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado de 2014		-	-	-	-	(1.554.212)	1.554.212	-
Resultado líquido do exercício:		-	-	-	-	(1.554.212)	1.554.212	-
Operações com detentores de capital no período:								
Prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral		-	-	-	-	-	(1.601.632)	(1.601.632)
A 31 de dezembro de 2015		<u>1.000.000</u>	<u>960.000</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.808</u>	<u>(6.954.921)</u>	<u>(1.601.632)</u>	<u>1.335.255</u>
A 31 de dezembro de 2015		<u>1.000.000</u>	<u>960.000</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.808</u>	<u>(6.954.921)</u>	<u>(1.601.632)</u>	<u>1.335.255</u>
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado de 2015		-	-	-	-	(1.601.632)	1.601.632	-
Resultado líquido do exercício:		-	-	-	-	(1.601.632)	1.601.632	-
Operações com detentores de capital no período:								
Prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral		-	-	-	-	-	(2.220.590)	(2.220.590)
A 31 de dezembro de 2016		<u>1.000.000</u>	<u>960.000</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.808</u>	<u>(8.556.553)</u>	<u>(2.220.590)</u>	<u>(885.335)</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado:



O Conselho de Administração:

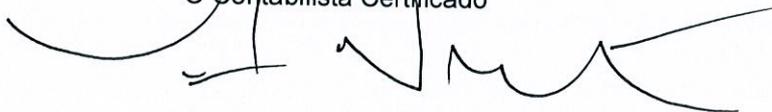


Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

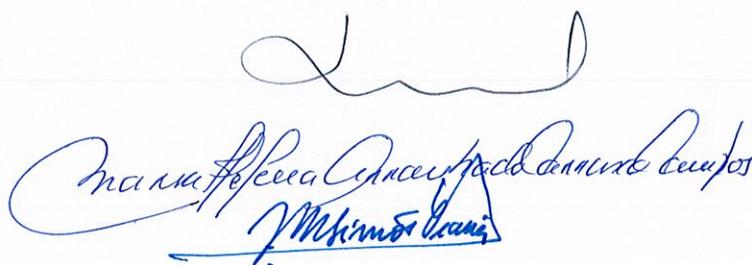
	Notas	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4.990.565	7.993.759
Pagamentos a fornecedores		(2.314.902)	(2.870.027)
Pagamentos ao pessoal		(3.689.505)	(5.445.328)
		<u>(1.013.842)</u>	<u>(321.597)</u>
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(32.164)	(98.374)
Outros recebimentos/ pagamentos		523.678	1.319.465
		<u>(522.328)</u>	<u>899.495</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(81)	(61.159)
Ativos intangíveis		(2.697)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.800	-
		<u>(978)</u>	<u>(61.159)</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos e similares		(71)	(908)
		<u>(71)</u>	<u>(908)</u>
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento			
Varição de caixa e seus equivalentes			
Efeito das diferenças de câmbio		(523.378)	837.428
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		9.385	(33.937)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	790.104	(13.386)
	4	<u>276.112</u>	<u>790.104</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo balanço em 31 de dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (também referida neste documento como Ferconsult, Empresa ou Sociedade) foi constituída em 1991. Tem por objeto social a elaboração de estudos e realização de projetos, prestação de serviços de consultoria nas áreas de arquitetura, de engenharia e de transporte e elaboração, organização e coordenação de concursos para adjudicação de empreitadas e fornecimentos, orçamentação, coordenação, gestão, fiscalização e controlo de obras e gestão da qualidade em empreendimentos da construção.

A Ferconsult é detida a 100% pela Metropolitano de Lisboa, EPE, com sede em Lisboa.

A Ferconsult detém uma participação financeira no Agrupamento Engenharia e Sistemas de Transportes - Ensitrans, AEIE (Ensitrans), empresa sobre a qual detém 45% do capital mas não detém a maioria dos titulares dos órgãos de gestão. A Sociedade detém ainda duas outras participações nas Sociedades Trem e Trem II, agrupamentos complementares de empresa nas quais a Sociedade detém 10% e 0,001% do capital social, respetivamente.

De acordo com o Decreto-Lei nº. 158/2009, a Ferconsult está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, por ser ela também uma subsidiária de uma empresa subordinada à legislação de um Estado membro da União Europeia, que prepara demonstrações financeiras consolidadas nas quais a Ferconsult é consolidada pelo método integral – Metropolitano de Lisboa, EP.

Tendo em consideração a diminuição da atividade e volume de negócios ocorrida nos últimos exercícios, bem como as perdas acumuladas registadas de aproximadamente 8,557 milhões de Euros. O Conselho de Administração em conjunto com o acionista único estão a avaliar diferentes estratégias de negócio no sentido de reverter estas situações. No entendimento do Conselho de Administração, é do interesse do acionista dar continuidade ao negócio da Empresa, nomeadamente por se perspetivarem planos de expansão da rede do metropolitano de Lisboa. Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração, considera adequada a aplicação do pressuposto de continuidade da Empresa, na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 22 de maio de 2017. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ferconsult, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2011, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar

pela Ferconsult, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Efeitos futuros das alterações ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em e 1 de janeiro de 2016, o qual, tendo por base os elementos que dispomos não irá originar efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

3 Adoção pela 1ª vez das NCFR

A Empresa adotou as NCFR pela primeira vez em 2010, tendo aplicado para efeito a “NCFR 3 adoção pela primeira vez das NCFR” (“NCFR3”), sendo 1 Janeiro 2009 a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras. Anteriormente, as demonstrações financeiras da empresa eram apresentadas de acordo com o estabelecido no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”) e demais legislação complementar

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, de acordo com as NCFR em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras e são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Ferconsult estão mensurados em Euros, que é a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de moeda estrangeira

<u>Moeda</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
USD	1,05220	1,08585
DZD	116,10000	116,84360
BRL	3,4232	4,0114

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A estimativa dos custos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo de aquisição dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas utilizando o método da linha reta a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada, nomeadamente

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	25 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	10 a 20 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor líquido contabilístico do ativo na data da alienação, sendo a diferença reconhecida na demonstração dos resultados, como outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

4.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios. As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Para fins de divulgação e análise do valor de recuperação, a Empresa obtém, com periodicidade não superior a 2 anos, e com referência próxima à data de relato, avaliações das propriedades de investimento para aferir o seu justo valor, elaboradas por entidades independentes e especializadas, considerando-se a manutenção desse justo valor durante esse período, exceto em situações de alteração nas condições de mercado ou eventos excepcionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, caso em que aquelas avaliações são obtidas com uma periodicidade mais curta, com referência à data do balanço imediatamente após a verificação de tais situações. Sempre que o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

A vida útil estimada para as propriedades de investimento é de 50 anos.

4.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Ferconsult reconhece como ativos intangíveis (i) os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, ou (ii) os custos de implementação de software faturado pelo grupo.

A Ferconsult valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A Ferconsult não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

4.5. Participações financeiras

Investimentos são apresentados pelo método da equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Sociedade. Segundo este método, as demonstrações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Ferconsult nos ativos líquidos da correspondente entidade. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Sociedade tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Ferconsult e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela associada são considerados reduções do investimento detido.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou entidade conjuntamente controlada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

As políticas contabilísticas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as políticas contabilísticas da Ferconsult.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas na nota 8.

4.6. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda

por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão ou reforço das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.7. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ferconsult classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida, ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os réditos relativos a juros a reconhecer em cada período relativos a ativos registados ao custo amortizado, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

A Ferconsult avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Ferconsult reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio da Ferconsult, são reconhecidas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o

diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

4.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

4.10. Capital social

As ações são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Ferconsult tem i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados, ii) para a qual é mais provável de que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Ferconsult divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

4.12. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.13. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ferconsult classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida, ii) cujo reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula

contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar, como sejam os financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O gasto de juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros remanescentes são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

4.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

4.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Ferconsult detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Ferconsult não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Ferconsult tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.16. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios (regime de acréscimo). As diferenças entre os montantes recebidos ou faturados a clientes e pagos ou faturados por fornecedores e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos.

4.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ferconsult. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

A Empresa reconhece rédito quando o seu montante pode ser razoavelmente mensurado, seja provável que exista um influxo futuro e em função dos seguintes critérios:

- O rédito dos projetos em regime de “time and materials” é reconhecido na data da prestação dos serviços, usualmente com base nas horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto.
- O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, calculada com base nos custos totais incorridos comparada com a melhor estimativa de custos a incorrer para a conclusão do contrato somada dos custos já incorridos com determinado contrato. A percentagem de acabamento apurada é aplicada ao montante global de faturação acordada.
- A diferença entre o montante do rédito assim determinado e o valor faturado é registado na rubrica do ativo “Outras contas a receber” ou na rubrica do passivo de Diferimentos.

A Ferconsult baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente e a especificidade de cada contrato.

4.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos ao acionista da Ferconsult é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no exercício em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

4.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

4.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Ferconsult são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes**4.20.1 Provisões**

A Ferconsult analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados não conhecidos à data das demonstrações financeiras, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes, por passarem a cumprir os critérios de reconhecimento.

4.20.2 Ativos tangíveis, Propriedades de investimento e Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão.

4.20.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Ferconsult, tais como i) a disponibilidade futura de financiamento e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Ferconsult.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4.20.4 Reconhecimento do Rébito

O reconhecimento de rébito é efetuado, onde aplicável, por referência à percentagem de acabamento dos projetos, recorrendo ao uso de pressupostos e estimativas relativamente à margem do projeto e ao total de custos a incorrer para executar o contrato. Eventuais alterações nestes pressupostos e estimativas poderão influenciar, de forma significativa, os resultados de cada projeto e consequentemente os da Empresa.

4.21. Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais, na nota de “Eventos subsequentes”.

5 Fluxos de caixa**5.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

A Ferconsult não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa relevante com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

5.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerário		
- Caixa	4.000	4.000
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	272.112	786.104
	<u>272.112</u>	<u>786.104</u>
Caixa e equivalentes de	<u>276.112</u>	<u>790.104</u>

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2016

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2015						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	195.327	981.509	62.466	3.564.535
Depreciações acumuladas	(1.866.432)	(452.605)	(195.327)	(935.739)	(62.257)	(3.512.361)
Valor líquido	-	6.195	-	45.770	208	52.174
Adições	-	-	-	81	-	81
Alienações/abates	-	-	(45.353)	(11.505)	(6.904)	(63.763)
Depreciação - exercício	-	(4.440)	-	(31.362)	-	(35.801)
Depreciação - alienações/abates	-	-	45.353	11.290	6.904	63.547
Valor líquido	-	(4.440)	-	(31.496)	-	(35.935)
31 de dezembro de 2016						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	149.974	970.086	55.562	3.500.854
Depreciações acumuladas	(1.866.432)	(457.045)	(149.974)	(955.811)	(55.353)	(3.484.615)
Valor líquido	-	1.755	-	14.275	208	16.238

**Relatório e Contas 2016
Demonstrações Financeiras**

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2015

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2015						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	195.327	945.959	62.466	3.528.985
Depreciações acumuladas	<u>(1.854.438)</u>	<u>(427.951)</u>	<u>(195.327)</u>	<u>(862.989)</u>	<u>(58.928)</u>	<u>(3.399.634)</u>
Valor líquido	<u>11.994</u>	<u>30.849</u>	<u>-</u>	<u>82.970</u>	<u>3.538</u>	<u>129.351</u>
31 de dezembro de 2015						
Adições	-	-	-	35.550	-	35.550
Alienações/abates	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	(11.994)	(24.654)	-	(72.750)	(3.330)	(112.728)
Depreciação - alienações/abates	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor líquido	<u>(11.994)</u>	<u>(24.654)</u>	<u>-</u>	<u>(37.200)</u>	<u>(3.330)</u>	<u>(77.178)</u>
31 de dezembro de 2015						
Custo de aquisição	1.866.432	458.800	195.327	981.509	62.466	3.564.535
Depreciações acumuladas	<u>(1.866.432)</u>	<u>(452.605)</u>	<u>(195.327)</u>	<u>(935.739)</u>	<u>(62.258)</u>	<u>(3.512.361)</u>
	<u>-</u>	<u>6.195</u>	<u>-</u>	<u>45.770</u>	<u>208</u>	<u>52.174</u>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7 Ativos intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades do grupo. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	411.328	411.328
Amortizações acumuladas	(363.799)	(330.217)
Valor líquido	47.529	81.111
Adições	5.197	-
Transferências e abates	-	-
Amortização - exercício	(30.266)	(33.582)
Amortização - alienações - transferencias	-	-
Valor líquido	(25.069)	(33.582)
A 31 de dezembro		
Custo de aquisição	416.525	411.328
Amortizações acumuladas	(394.065)	(363.799)
Valor líquido	22.460	47.529

8 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o investimento em associadas é como segue:

	<u>Ensitrans</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
01 de janeiro	433.876	384.426
Ganhos / (Perdas)	(15.454)	49.450
Distribuição	-	-
31 de dezembro	418.422	433.876

A Ferconsult detém 45% do capital do Ensitrans, qualificando como associada de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota 3.5.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a informação financeira do Ensitrans era como segue:

31 de dezembro de 2016			
Ativo	Passivo	Empréstimos Concedidos	Resultado Líquido
3.872.038	3.906.381	433.403	(34.343)

31 de dezembro de 2015			
Ativo	Passivo	Empréstimos Concedidos	Resultado Líquido
4.002.150	3.892.261	383.954	109.889

9 Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição da rubrica de Clientes é como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes - grupo (nota 29 (b))	359.207	-	359.207	988.650	-	988.650
Cientes - outros a)	3.274.720	773.142	4.047.862	1.664.986	685.383	2.350.369
Cientes de cobrança	17.690	-	17.690	17.690	-	17.690
	3.651.617	773.142	4.424.759	2.671.326	685.383	3.356.709
Imparidade de dívidas a	(50.185)	-	(50.185)	(50.185)	-	(50.185)
Atualização de conta a		(129.388)	(129.388)	(3.122)	(126.266)	(129.388)
Cientes	3.601.432	643.754	4.245.186	2.618.019	559.117	3.177.136

- (a) O saldo considerado como não corrente diz respeito na sua totalidade a uma conta a receber do cliente Gibb, Lda.

Aquele saldo será recebido de acordo com o plano de pagamentos homologado em 06-03-2017, pelo Processo Especial de Revitalização II daquele cliente. O plano define o perdão de 30% do capital reclamado e o pagamento em 120 prestações mensais, iguais e sucessivas, com um período de carência de 24 meses, com início em Março de 2019. Por se considerar que o valor temporal do dinheiro é significativo e não existir nenhuma remuneração adicional para o recebimento diferido, aquele saldo encontra-se mensurado pelo valor presente da quantia a receber de acordo com o método do juro efetivo.

Imparidade de clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram registados quaisquer movimentos na rubrica de imparidade acumulada de clientes.

10 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos referentes às rubricas do Estado são como segue:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto s/ rendimento - IRC	59.124	12.088	59.226	14.388
Impostos s/ rendimento - IRS	-	47.724	-	71.361
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	54.382	-	107.373	-
Contribuições p/ segurança social	-	69.195	-	72.821
	113.506	129.007	166.599	158.570

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

Detalhe da rubrica de IRC

	2016	2015
Saldos devedores		
Pagamentos especial por conta	59.124	59.226
Retenções na fonte	-	-
	59.124	59.226
Saldos credores		
Estimativa de IRC (Nota 24)	12.088	14.388
Total	71.212	73.614

11 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição da rubrica de Outras contas a receber é como segue:

	2016	2015
	Corrente	Corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos i)	3.203.060	4.107.351
Outros devedores	176.589	265.764
Adiantamentos a fornecedores	15.040	
Pessoal	1.796	1.622
	3.396.485	4.374.737
Imparidade de dívidas a receber	(76.181)	(76.181)
Outras contas a receber	3.320.304	4.298.556

i) Montante de rédito reconhecido, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.17, que ainda não foi faturado por parte da Ferconsult. Deste montante, em 31 de dezembro de 2016, cerca de 1.008.394 Euros, valor bruto, refere-se a projetos com partes relacionadas (566.550 Euros em 2015) (Nota 31.1).

Imparidade de outras contas a receber

Os movimentos ocorridos na rubrica de imparidade de Outras contas a receber para os exercícios apresentados são como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A 1 de janeiro	<u>76.181</u>	<u>76.181</u>
Reduções	<u>-</u>	<u>-</u>
A 31 de dezembro	<u>76.181</u>	<u>76.181</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Ferconsult tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas	1.549	14.231
Outros serviços	127.916	153.096
Seguros	6.729	6.647
Gastos a reconhecer	<u>136.193</u>	<u>173.974</u>
Faturação antecipada i)	138.139	276.574
Rendimentos a reconhecer	<u>138.139</u>	<u>276.574</u>

i) Montante faturado antecipadamente face à execução do projeto, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.17. Deste montante, em 31 de dezembro de 2016, cerca de 7.590 euros, valor bruto, refere-se a projetos com partes relacionadas (37.894 euros em 2015) Nota 29.1 (b).

13 Capital

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Ferconsult, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações no valor nominal de 5 Euros cada, detidas integralmente pela Metropolitano de Lisboa, EP.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	<u>Número de ações</u>	<u>Capital Social</u>
Metropolitano de Lisboa, EP	200.000	1.000.000
Capital Social	<u>200.000</u>	<u>1.000.000</u>

14 Reservas legais, Prestações acessórias, Outras reservas e Resultados transitados

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	<u>Prestações acessórias</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2015	960.000	200.000	7.731.808	(5.400.709)	3.491.099
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	(1.554.212)	(1.554.212)
Prestações acessórias		-	-	-	-
31 de dezembro de 2015	<u>960.000</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.808</u>	<u>(6.954.921)</u>	<u>1.936.887</u>
1 de janeiro de 2016	960.000	200.000	7.731.808	(6.954.921)	1.936.887
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	(1.601.632)	(1.601.632)
Prestações acessórias		-	-	-	-
31 de dezembro de 2016	<u>960.000</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.808</u>	<u>(8.556.553)</u>	<u>335.255</u>

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

As Outras reservas são compostas por resultados não distribuídos, as quais se encontram disponíveis para distribuição aos acionistas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa não mantém incrementos patrimoniais positivos decorrentes de justo valor.

Foi deliberado na Assembleia Geral de 31 de Maio de 2016 a aplicação do resultado líquido do exercício de 2015, no montante de 1.601.632 Euros, para a rubrica “Resultados transitados”.

15 Provisões

A evolução da rubrica de Provisões para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	<u>Processos judiciais</u>	<u>Impostos</u>	<u>Contratos onerosos</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2015	236.234	217.694	77.368	27.690	558.985
Dotação	76.938		365.902		442.840
Reversão	(100.046)		(70.629)		(170.675)
Utilização	(47.967)				(47.967)
A 31 de dezembro de 2015	<u>165.159</u>	<u>217.694</u>	<u>372.640</u>	<u>27.690</u>	<u>783.183</u>
A 1 de janeiro de 2016	165.159	217.694	372.640	27.690	783.183
Dotação	96.724		825.588		922.312
Reversão	(7.108)		(234.611)		(241.719)
Utilização	(110.700)		0		(110.700)
A 31 de dezembro de 2016	<u>144.075</u>	<u>217.694</u>	<u>963.617</u>	<u>27.690</u>	<u>1.353.076</u>

A provisão com processos judiciais está relacionada com diversos litígios com ex-trabalhadores da Empresa e com as responsabilidades que a Ferconsult poderá ser obrigada, judicialmente, a liquidar.

A provisão para contratos onerosos decorre da expectativa, existente à data, de perdas com a concretização de alguns contratos estabelecidos pela Empresa. A provisão é constituída no momento em que é identificada a perda esperada para cada um dos contratos e é revertida com a concretização da perda, ou sempre que alterações nas estimativas levem à revisão do resultado global previsto para cada contrato.

16 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a composição da rubrica de Fornecedores é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores - grupo (Nota 29 (b))	616.147	485.664
Fornecedores - outros	3.214.880	2.369.374
Fornecedores	<u>3.831.027</u>	<u>2.855.038</u>

17 Adiantamentos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica é como se segue:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos por conta de vendas	21.188	528.923
Adiantamentos de clientes	21.188	528.923

Esta rubrica inclui os adiantamentos efetuados por clientes na fase inicial dos projetos, os quais são regularizados ao longo do exercício através da faturação emitida.

18 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2016	2015
	Corrente	Corrente
Outros credores		
Empresas do grupo (Nota 29 (b))	2.951.528	1.950.322
Credores diversos	71.502	109.433
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias i)	426.634	466.727
Compensação por caducidade de contratos ii)	-	17.027
Trabalhos especializados	498.410	590.621
Outros	13.639	68.671
Outras contas a pagar	3.961.715	3.202.801

i) Estimativa do valor dos encargos com férias de 2016 que será pago em 2017;

19 Serviços prestados

O montante dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Consultoria técnica	230.277	450.540
Prestação de Serviços - Mercado Externo		
Consultoria técnica	<u>5.306.420</u>	<u>7.472.865</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>5.536.697</u>	<u>7.923.405</u>

20 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas e alugueres	116.993	143.721
Trabalhos especializados i)	2.038.495	2.535.081
Honorários ii)	234.407	677.032
Deslocações e estadas	63.663	129.351
Seguros	55.855	62.037
Conservação e reparação	47.719	42.879
Comunicação	29.023	45.784
Outros	<u>441.724</u>	<u>424.708</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>3.027.880</u>	<u>4.060.594</u>

i) O montante evidenciado nesta rubrica diz respeito, essencialmente, a serviços prestados por entidades subcontratadas no âmbito da atividade da Ferconsult.

ii) Refere-se a gastos incorridos com mão-de-obra externa à Ferconsult, especializada em serviços de engenharia e arquitetura.

21 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2016 e 2015, foram como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 31.2)	48.985	13.255
Pessoal	<u>2.870.428</u>	<u>3.637.009</u>
	<u>2.919.413</u>	<u>3.650.264</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	664.627	834.754
Indemnizações (i)	24.276	508.000
Custos de acção social	49.580	46.406
Outros	<u>44.160</u>	<u>37.740</u>
	<u>782.643</u>	<u>1.426.899</u>
Gastos com o pessoal	<u>3.702.055</u>	<u>5.077.163</u>

- (i) Montante dos gastos com indemnizações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O número médio de empregados da Ferconsult em 2016 foi de 84 (2015: 95).

22 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recuperação de encargos	29.649	20.664
Ganhos na venda de ativos tangíveis	-	-
Ganhos em atualização de contas a receber	-	33.553
Correções de exercícios anteriores	8.730	172.450
Outros	<u>38.717</u>	<u>12.654</u>
Outros rendimentos e ganhos	<u>77.096</u>	<u>239.321</u>

23 Outros gastos

A rubrica de Outros gastos e perdas detalha-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos	11.190	19.977
Quotizações	8.240	7.240
Alienações	215	-
Retenções de impostos países terceiros (i)	222.955	149.016
Gastos com atualização de contas a receber	-	-
Outros	<u>87.643</u>	<u>66.942</u>
Outros gastos e perdas	<u>330.244</u>	<u>243.175</u>

A variação deveu-se a:

- (i) Retenção de taxas na liquidação de faturas do projeto do Metro de S. Paulo;

24 Imposto sobre o rendimento

A Ferconsult é tributada em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%, acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 22,5%.

Em resultado das alterações introduzidas pela *Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro*, que alterou: (i) o artigo 87.º do Código do IRC, fixando a partir de 2015 inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, e; (ii) o artigo 87.º-A do Código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento sobre as pessoas coletivas de: 3% para entidades com um lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros; 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros e 7% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 Euros.

Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais (cujo prazo é de seis anos), tenham sido obtidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, sobre estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Ferconsult dos anos de 2013 a 2016, inclusive, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. A Empresa entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 6 anos. Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 podem ser reportados por um período de 4 anos. Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos. Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Imposto sobre o rendimento apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Demonstração de Resultados		
Imposto s/ o rendimento corrente (Nota 10)	12.088	14.388
Imposto sobre o rendimento	<u>12.088</u>	<u>14.388</u>

Reconciliação da taxa de imposto

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é evidenciada como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado antes de Imposto	(2.208.502)	(1.587.245)
Taxa de Imposto	<u>22,50%</u>	<u>22,50%</u>
	-	-
Tributação autónoma	<u>12.088</u>	<u>14.388</u>
	12.088	14.388
Imposto s/ rendimento corrente	<u>12.088</u>	<u>14.388</u>
Imposto s/ rendimento	<u>12.088</u>	<u>14.388</u>
Taxa efectiva de imposto	0,5%	0,9%

Os prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios de 31 de dezembro de 2015, 2014, 2013 e 2012 ascendem a, aproximadamente, 1.559.912 Euros, 2.793.392 Euros, 136.965 Euros e 1.241.076, sendo a data limite de utilização desses prejuízos fiscais 2027, 2026, 2018 e 2017, respetivamente.

A Empresa não registou nas suas demonstrações financeiras os ativos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de ativos e passivos numa base contabilística e fiscal, dado que a principal situação geradora de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e exercícios anteriores corresponde a prejuízos fiscais reportáveis, que, segundo a melhor estimativa da Empresa e atendendo às informações disponíveis, não serão recuperáveis.

25 Dividendos

A Ferconsult não procedeu ao pagamento de dividendos durante os exercícios de 2016 e 2015.

26 Compromissos

Para fazer face à constante falta de liquidez da sua tesouraria, provocada pelo prolongado alargamento do prazo médio de recebimento das faturas dos nossos clientes e, também, pela impossibilidade da Empresa aceder a crédito bancário para colmatar as suas necessidades pontuais para cumprir as suas obrigações, bem como as dificuldades na obtenção de garantias bancárias, que permitiriam receber os respetivos adiantamentos dos contratos, a Ferconsult assinou um Contrato de Cessão de Créditos com o seu acionista único, Metro de Lisboa, E.P.E. (ML), como forma de capitalizar a sua débil tesouraria, nos seguintes termos:

- Cessão ao ML, de créditos vencidos e vincendos que a Ferconsult detém, decorrentes de contratos de projetos internacionais;
- Os créditos cedidos, vencidos e vincendos, têm um valor global de 4.271.227,94 Euros (quatro milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e vinte sete euros e noventa e quatro cêntimos);
- A Ferconsult, em cada momento e de acordo com as suas necessidades de tesouraria comunicará ao ML, o valor exato dos créditos cedidos;
- Como contrapartida pela cedência dos créditos referida no ponto anterior e, até ao montante máximo de 4.271.227,94 Euros, o ML, disponibilizará os fundos mediante a solicitação da Ferconsult;
- A cobrança dos créditos cedidos junto dos clientes é da responsabilidade da Ferconsult;
- A cedência de créditos objeto do contrato é feita tendo como limite temporal a data de 31 de dezembro de 2016. (Nota 29.1. (b))

Em 31 de dezembro de 2016, os compromissos assumidos pela Empresa ascendem a 2.849.691 Euros, relativos com o contrato de cessão de créditos.

27 Contingências

A Ferconsult tem os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas conforme segue:

<u>Objecto</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Execução de obras	3.284.317	3.287.836
Propostas de prestação de serviços	1.500	12.212
Fazenda pública	273.750	1.632
Outras garantias	3.990	3.990
	<u>3.563.557</u>	<u>3.305.671</u>

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 a Ferconsult não apresentava qualquer ativo contingente.

28 Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Ferconsult confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

Os honorários totais acordados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 9.900 Euros, sendo referentes à revisão legal das contas anuais.

29 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Ferconsult é controlada pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

29.1 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Por via de Acionistas:

- Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Associada:

- Engenharia e Sistemas de Transportes, Ensitrans, AEIE

(a) Transações

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Ferconsult efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	Serviços prestados (Nota 20)		Fornecimentos e serviços externos (Nota 20)		Outros rendimentos (Nota 22)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Accionista						
Metropolitano de Lisboa, E.P.E	491.392	375.823	87.554	79.318	-	-
Associada						
Ensitrans	1.025.585	2.125.820	-	-	18.019	20.664
	1.516.978	2.501.643	87.554	79.318	18.019	20.664

O montante de 1.025.585 Euros de serviços prestados ao Ensitrans prende-se com projetos na Argélia, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(b) Saldos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos com partes relacionadas, líquidos de perdas de imparidade, são como segue:

	Clientes (Nota 9)		Outros créditos a receber (Nota 11)		Fornecedores (Nota 16)		Outros créditos a receber - Devedores por acréscimo de rendimentos (Nota 11)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Accionista								
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	192.102	122.782	-	-	(616.147)	(485.664)	435.564	111.253
Associada								
Ensitrans	167.105	865.869	-	-	-	-	572.830	455.297
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
	359.207	988.650	-	-	(616.147)	(485.664)	1.008.394	566.550

	Diferimentos - Rendimentos a reconhecer		Outras dívidas a pagar (Nota 18)	
	2016	2015	2016	2015
Accionista				
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	7.590	37.894	2.849.691	1.808.120
Associada				
Ensitrans	-	-	101.838	142.202
Imparidade	-	-	-	-
	7.590	37.894	2.951.528	1.950.322

29.2. Remunerações da Administração

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações	48.234	13.085
Outros	751	170
Total (Nota 22)	<u>48.985</u>	<u>13.255</u>

30 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Victor Manuel Pires do Nascimento



O Conselho de Administração

Vítor Domingues dos Santos




Maria Helena Campos



João Mário Simões Viana



Certificação Legal das Contas
e
Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da

Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Órgão de Gestão.

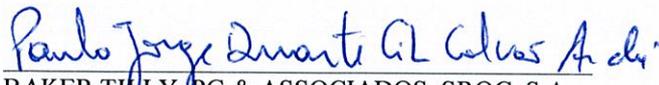
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Órgão de Gestão e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente revimos: i) o cumprimento em 2016 da anulação parcial das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 83-C/2013 com as alterações introduzidas pela lei n.º 75/2014 de 12 de setembro; ii) o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário e; iii) o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressa, preparados pelo Órgão de Gestão e relativos ao exercício 2016. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual contém três reservas relacionadas com: i) a não obtenção de respostas a pedidos de confirmação externa por parte de duas instituições bancárias sediadas na Argélia, com as quais a Empresa e uma associada operam e a continuidade das operações desta entidade; ii) o momento e valor de realização de uma conta a receber de um cliente em Processo Especial de Revitalização e; iii) os rendimentos reconhecidos em projetos em curso, bem como, inclui um parágrafo relacionado com a continuidade das operações da Empresa e que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos eventuais efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 1 a 3 da secção “Bases para a opinião com reservas” e tendo em consideração o assunto referido na secção “Incerteza material relacionada com a continuidade”, todos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas, o Relatório de Boas Práticas do Governo Societário e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão de Gestão e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 1 de julho de 2017



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André



BAKER TILLY

Edifício Taurus
Campo Pequeno, 48 – 5º Esq.
1000-081 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710
F: +351 210 988 719

www.bakertilly.com.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 8.548.817 Euros e um total de capital próprio negativo de 885.335 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.220.590 Euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Em 31 de dezembro de 2016 o balanço inclui Acréscimos de Rendimentos, Rendimentos a Reconhecer, Acréscimos de Gastos, Provisões para Projetos e Prestações de Serviços de 3.203.060 Euros, 138.139 Euros, 479.101 Euros, 963.617 Euros e 5.536.697 Euros respetivamente, relacionados com o reconhecimento do rédito de projetos de natureza plurianual, de acordo com o método da percentagem de acabamento. A nossa revisão das estimativas de gastos e rendimentos revelou para algumas das principais obras, uma volatilidade significativa daquelas estimativas entre exercícios, não existindo informação disponível, suficiente e detalhada sobre a sua natureza e causas, que nos permita aferir a razoabilidade das estimativas utilizadas em 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o eventual efeito desta situação nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2016.
2. Em 31 de dezembro de 2016, o balanço inclui uma conta a receber de um ex-cliente (sociedade em Processo Especial de Revitalização (PER) - Nota 9 do anexo às demonstrações financeiras) de aproximadamente 644.000 Euros (com um valor nominal de, aproximadamente, 773.000 Euros) e relativamente ao qual a rubrica de fornecedores inclui um saldo a pagar de aproximadamente 131.000 Euros. Até à data deste relatório não obtivemos as demonstrações financeiras auditadas de 2016 daquela entidade, nem outra informação que nos permita avaliar a sua capacidade de fazer face aos seus compromissos. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o momento e valor de realização daquela conta a receber.

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito Inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Guerra Junqueiro, 447, 4150-389 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria

3. Em 31 de dezembro de 2016 o ativo não corrente inclui uma participação financeira na Engenharia e Sistemas de Transportes, Ensitrans, AEIE, ("Ensitrans") registada pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 418.422 Euros. O relatório do auditor externo desta entidade, datado de 10 de maio de 2017, contém i) uma reserva por limitação de âmbito relacionada com a não obtenção da confirmação externa por parte de uma instituição financeira (Banque Nationale d'Algérie), cujo saldo registado no ativo corrente daquela entidade ascende a aproximadamente 123.000 Euros e ii) um parágrafo sobre a "Incerteza material relacionada com a continuidade" daquela entidade. Adicionalmente, até à data do nosso relatório não obtivemos a resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos e outras informações, de duas instituições financeiras Argelinas, cujos registos contabilísticos da Empresa em 31 de dezembro de 2016, evidenciam um saldo devedor total de cerca de 8.445 Euros. Consequentemente, não nos é possível concluir sobre o eventual efeito destas situações nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora estas evidenciem perdas acumuladas de aproximadamente 10.777.000 Euros (sem considerar os eventuais efeitos relacionados com os assuntos descritos nos parágrafos 1 a 3 da secção "Bases para a opinião com reservas"), consequência de resultados operacionais negativos apresentados nos últimos exercícios. Adicionalmente, o exercício de 2016 evidencia uma redução significativa no volume de negócios, decorrente de uma diminuição do número e dimensão de projetos, situação que dificultou a absorção dos custos de estrutura da Empresa. Conforme descrito em maior detalhe na Nota 1 do Anexo e no capítulo 7 do Relatório de Gestão, é entendimento do Conselho de Administração que o acionista maioritário tem capacidade e intenção em contratar a Empresa para a execução e fiscalização de novos projetos de expansão da rede do metropolitano de Lisboa e que se estimam relevantes, nos próximos exercícios. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa, bem como a realização dos seus ativos e a classificação e exigibilidade dos seus passivos, no curso normal das suas operações, depende do sucesso das suas operações futuras e de decisões do seu acionista único.

Outras matérias

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nossa Certificação Legal das Contas datada de 30 de maio de 2016, inclui três reservas relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 1 a 3 da secção "Bases para a opinião com reservas", bem como uma ênfase relacionada com o assunto descrito na secção "Incerteza material relacionada com a continuidade".

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística; elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 1 de julho de 2017



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André